

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL



Escola Superior de Ciências Empresariais

Impacto da gestão do risco nas instituições financeiras.

O caso da banca portuguesa.

Francisco José Ferreira Matias

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau

De

MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS.

Orientadora: Professora Doutora Teresa Alves

Setúbal, 2012

Agradecimentos.

É com um sentimento de gratidão que dirijo estas palavras a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste momento.

Dedicado a minha família, aqueles que acreditaram em mim.

Manifesto à minha orientadora Professora Doutora Teresa Alves que, dentro das ilimitações de tempo a que se viu obrigada pela participação nos trabalhos, desde o início mostrou total disponibilidade para conduzir a orientação desta dissertação, a qual aumentou inequivocamente a minha atenção sobre a área das Finanças relativa à gestão do risco.

Reitero ainda toda a disponibilidade demonstrada pela Escola Superior de Ciências Empresariais, disponibilizando os elementos considerados necessários para o apoio a esta investigação.

Índice estruturação e organização

| Índice. | Páginas. |
|---|-----------------|
| Agradecimentos | III |
| Gráficos | VI |
| Figuras | VI |
| Quadro | VI |
| Listas de siglas e Abreviatura | VII |
| Resumo | IX |
| Abstract | X |
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Revisão da literatura | 3 |
| 2.1. A Crise financeira | 3 |
| 2.2. O sistema financeiro em Portugal | 4 |
| 2.3. Evolução dos Acordos Basileia | 7 |
| 2.3.1. Acordo Basileia I | 7 |
| 2.3.2. Acordo Basileia II | 9 |
| 2.3.3. Acordo Basileia III | 11 |
| 2.4. O risco no contexto da banca | 18 |
| 2.4.1. Risco operacional | 19 |
| 2.4.2. Risco do crédito | 22 |
| 2.4.3. Risco da liquidez | 25 |
| 2.4.4. Risco do mercado | 27 |
| 2.5. Gestão integrada do risco | 28 |
| 2.6. Estudos empíricos | 29 |
| 3. Metodologia | 35 |
| 3.1. Seleção da amostra | 37 |
| 3.1.1. Caracterização dos bancos portugueses que integram a amostra | 38 |
| 3.1.1.1. Caixa Geral de Depósitos (CGD) | 38 |
| 3.1.1.2. Banco Comercial Português (BCP) | 43 |
| 3.1.1.3. Banco Espírito Santo (BES) | 49 |
| 3.1.1.4. Banco Santander Totta (BST) | 54 |

| | |
|---|----|
| 3.1.1.5. Banco Português Investimento (BPI) | 58 |
| 4. Análise e discussão dos dados obtidos | 62 |
| 5. Conclusões | 69 |
| 6. Referências bibliográficas | 72 |
| 7. Anexos | 83 |
| 7.1. Anexo 1 O vasto conjunto de diplomas legais do sistema financeiro Português | 84 |
| 7.2. Anexo 2 As sub-tipologias de risco operacional. | 93 |
| 7.3. Anexo 3 Distribuição dos eventos por tipologias de risco operacional. | 94 |
| 7.4. Anexo 4 Avaliação do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão do risco operacional. | 95 |
| 7.5. Anexo 5 O quadro das notações das agências de <i>ratings</i> . | 96 |
| 7.6. Anexo 6 Gestão do risco operacional, aspetos relevantes | 98 |

Gráficos.

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Balanço consolidado da atividade bancária | 37 |
|---|----|

Figuras.

| | |
|--|----|
| Figura 1 O ciclo do mercado financeiro | 4 |
| Figura 2 Esquema de Basileia | 11 |
| Figura 3 Resumo de Basileia III | 16 |
| Figura 4 Tipos de riscos | 19 |

Quadros.

| | |
|--|----|
| Quadro 1 O modelo de supervisão do sistema financeiro português | 6 |
| Quadro 2 Histórico da CGD | 38 |
| Quadro 3 Histórico do BCP | 43 |
| Quadro 4 Histórico do BES | 49 |
| Quadro 5 Histórico do BST | 54 |
| Quadro 6 Histórico do BPI | 59 |
| Quadro 7 Indicadores relevantes | 62 |
| Quadro 8 Perda total por tipo de risco operacional | 65 |
| Quadro A1 Os subtipologias de risco operacional | 93 |
| Quadro A2 Distribuição dos eventos por tipologias do risco operacional | 94 |
| Quadro A3 Avaliação do estágio de desenvolvimento da atividade com a gestão do risco operacional | 95 |
| Quadro A4 Notações de <i>ratings</i> das agências | 96 |
| Quadro A5 Gestão do risco operacional, aspeto relevante | 98 |

Listas de siglas e Abreviatura.

AMA - Abordagem Mensuração Avançada

A.P.B - Associação Portuguesa de Bancos

BCBS - Comité Basileia de Supervisão Bancária

BCCI - Banco de Crédito e Comércio Internacional

BCP - Banco Comercial Português.

BES - Banco Espírito Santo.

BFA – Banco Fomento Angola.

BFB – Banco Fonseca & Burnay.

BIA - Abordagem Indicador Básico

BIS - *Bank for International Settlements*

BPA – Banco Português Atlântico

BPI - Banco Português Investimento

BSN – Banco *Santander* de negócios de Portugal

BST - Banco *Santander Totta*.

CE - Conselho Europeu

CEE - Comunidade Económica Europeia

CGD - Caixa Geral Depósito.

CMMI - Capability Maturity Model Integration

CMVM - Comissão de Mercado de Valores Mobiliário

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

CPP - Companhia Geral do Crédito Predial Português

DL - Decreto-Lei

DMIF - Departamento de Mercado de Instrumento Financeiros

DSB – Diretivas supervisão Bancaria.

DSI - Departamento Sociedade de Investimento

EAD - Exposure at Default

EL - Perdas Esperadas

ERM – *Enterprise Risk Management*.

ESI - espírito santo informática

E.U.A - Estados Unidos da América

FCR - Fundo de Capital de Risco

FII - Fundo de Investimento Imobiliário

ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process

IC - Intuições de Créditos

IFM - Instituições Financeiras Monetárias

IFNM - Instituições Financeiras Não Monetária

IFRS - Norma Internacional de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standard*)

IRB - Baseado em Classificação Interna do Risco (*internal ratings based*)

KRI - *Key performance indicators*

LCR - liquidity coverage ratio

LGD - Loss Given Default

M - Maturidade

M€ - Milhões de Euros.

NSFR - Net Stable Funding Ratio

OCDE - Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento

OICVM - Organismo de Investimento Coletivos em Valores Mobiliários

PD - *Probability of Default*

P.p - Ponto de Percentagem

RMA – Risk Management Association

RGICSF - Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

SCR - Sociedade de Capital de Risco

SF - Sociedade Financeiras

SIFI. *Systemically Important Financial Institutions*

SIM - Sociedade de Investimento Mobiliários

SIIMO - Sociedade de Investimento Imobiliários

STA - Abordagem Padronizada ou *Standard*

Trier₁ - O rácio do capital próprio do banco versus os seus ativos ponderados pelo risco.

UL - Perdas Não Esperadas.

Resumo.

Este trabalho procura analisar os impactos no sistema financeiro português, em particular ao nível da gestão do risco operacional nas instituições financeiras, da implementação dos Acordos de Basileia.

Focamos a avaliação do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão de risco operacional e algumas questões relevantes, como as notações de risco devido à situação específica da banca portuguesa. Analisamos, através dos relatórios e contas dos bancos estudados, alguns indicadores que consideramos relevantes. Constatamos os passos do processo de gestão de risco operacional; as técnicas de identificação do risco; os sistemas informáticos e de avaliação do risco operacional e o impacto na perda total por tipo de risco operacional.

De acordo com Associação Portuguesa de Bancos existem trinta e seis instituições financeiras em Portugal que integram um grupo de vinte e seis associadas. Seleccionamos os cinco maiores bancos portugueses. O critério adotado foi o do volume de ativos totais (conforme *site* www.apb.pt.com, em 2 de Janeiro 2012). Os relatórios e contas de 2010 dos cinco bancos constituíram as fontes dos dados.

Verificamos que os bancos seleccionados desenvolvem integralmente as atividades relacionadas com a gestão de risco operacional e estão a evoluir para uma abordagem integrada da gestão de riscos. Além de que cumprem a generalidade dos requisitos dos Acordos de Basileia, seguindo para as questões específicas tratadas (métodos e técnicas) abordagens previstas nos referidos Acordos.

Palavras-chave: Acordos de Basileia, Gestão do Risco, Risco operacional.

Abstract.

This paper analyzes the impacts on the Portuguese financial system of the implementation of the Basel Accords, particularly at financial institutions operational risk management level.

We focus on the evaluation of the stage of development of the activities linked to operational risk management and some relevant issues, such as risk scoring due to the specific situation of Portuguese banks. Through the annual accounts of the banks studied, we analyze some relevant indicators. We found the process steps of operational risk management, risk identification techniques, computer systems and operational risk evaluation and the impact on total loss by type of operational risk.

According to the Associação Portuguesa de Bancos there are thirty-six financial institutions in Portugal that are part of a group of twenty-six members. We selected the five largest Portuguese banks. The criterion used was the volume of total assets (as www.apb.pt.com site on January 2nd, 2011). The 2010 annual accounts of the five banks were the sources of the data.

We verified that the selected banks develop fully the activities related to operational risk management and are moving towards an integrated approach to risk management. In addition, they fulfil the general requirements of the Basel Accords, following for the specific issues addressed (methods and techniques) the approaches under those agreements.

Keywords: Basel Accords; Risk Management; Operational risk.

1 Introdução.

A presente dissertação, realizada no âmbito do curso de mestrado em Contabilidade e Finanças, incide sobre o tema da gestão do risco nas instituições financeiras, especificamente na banca portuguesa.

O “Novo Acordo de Basileia,” como refere Freitas (2005:6), conduz à “alteração no funcionamento das instituições financeiras, muito para além das alterações ao nível dos fundos próprios e regulamentar. Com efeito, o Novo Acordo implica uma revolução ao nível da avaliação do risco sistémico (de requisitos adicionais de capital e dos padrões de liquidez) nas instituições financeiras, introduzindo novos métodos, mais científicos, para a sua avaliação e gestão, com impacto em todas as áreas de negócio”.

Silva (2008:4) salienta “o impacto do Acordo de Basileia II na gestão de riscos do sector bancário, em particular ao nível do risco de crédito, procurando avaliar a dimensão dos recursos investidos, o grau de preparação da banca em termos da adoção das novas metodologias de gestão dos riscos e o cumprimento dos prazos, comparando tais efeitos com as premissas focadas em estudos exploratórios”.

Os estudos efetuados pela *Risk Management Association* (RMA) (2000:1-10), por Trapp et al. (2005:28) e por Leite et al. (2010:35) evidenciam a possibilidade de “ordenar a estrutura da gestão do risco operacional em cinco estágios de desenvolvimento”.

O presente estudo pretende seguir o trabalho desenvolvido por estes autores e tratar algumas questões relevantes ao nível das instituições financeiras na área da notação do risco, relacionadas com a situação específica da banca portuguesa. O impacto da gestão do risco nas instituições financeiras é um tema de investigação atual. A gestão do risco é fundamental para a sobrevivência de qualquer organização. Atualmente as instituições financeiras divulgam, nos seus relatórios e contas, dados sobre a gestão do risco. Assim analisamos e verificamos, através destes documentos, alguns indicadores que consideramos relevantes; constatamos os passos do processo de gestão de risco operacional, as técnicas de identificação do risco, os sistemas informáticos e de avaliação do risco operacional e o impacto na perda total por tipo de risco operacional. Focamos, especialmente, o Acordo de Basileia III, em particular ao nível da gestão do risco operacional nas entidades financeiras que atuam em Portugal.

De acordo com a Associação Portuguesa de Bancos (A.P.B.), existem trinta e seis instituições financeiras em Portugal. Como elementos da amostra selecionamos os cinco

bancos portugueses com maior volume dos ativos totais (conforme *site* <http://www.apb.pt/>, em 2 de Janeiro 2012). A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo empírico passa pela análise dos relatórios e contas das instituições financeiras incluídas na amostra. É esperado que os bancos selecionados desenvolvam integralmente as atividades relacionadas com a gestão de risco operacional e cumpram a generalidade dos requisitos dos Acordos de Basileia.

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. Após esta apresentação enquadramos, no segundo capítulo, a revisão de literatura, que incide sobre uma abordagem à crise financeira nacional e internacional, o funcionamento do sistema financeiro em Portugal, a identificação da evolução dos Acordos Basileia até aos nossos dias, os riscos e a sua regulação no sistema financeiro e o novo paradigma da gestão do risco. Resumimos os estudos empíricos, as ideias e os trabalhos já desenvolvidos alusivos ao tema. Contudo, não pretendemos apresentar toda a complexidade inerente às metodologias que suportam os estudos. No terceiro capítulo, referente à metodologia, apresentamos o processo de seleção da amostra constituída pelos cinco maiores bancos portugueses e a informação financeira recolhida nos respetivos relatórios e contas do período de 2010. Descrevemos, ainda, a metodologia de estudo de caso adotado. O quarto capítulo é dedicado à análise e discussão dos dados obtidos referentes aos bancos analisados e resumimos os principais itens relacionados com o tema. O quinto capítulo é dedicado às conclusões do trabalho e às respetivas limitações e propostas de linhas de investigação futura. Por último, apresentamos as referências bibliográficas e os anexos.

2 Revisão da literatura.

Este capítulo incide sobre uma abordagem da crise financeira nacional e internacional, o funcionamento do sistema financeiro em Portugal, a identificação da evolução dos Acordos de Basileia até aos nossos dias, os riscos e a regulação do sistema financeiro. Resumimos os estudos empíricos, as ideias e os trabalhos já desenvolvidos alusivos ao tema, não se pretendendo apresentar toda a complexidade inerente às metodologias que suportam os referidos Acordos.

2.1 A Crise financeira.

Segundo Ferrão (2011:1) a crise financeira nacional está ligada à dívida soberana e está na ordem do dia. Na sua reflexão, “não descurando a gravidade da falta de liquidez do Estado e da sociedade portuguesa, pretende elencar as principais causas internas e externas situando-as na presente conjuntura geoestratégica mundial. A União Europeia tem imposto aos países comunitários critérios mais rigorosos de endividamento dos Estados para diminuir os défices orçamentais”.

Mas, entre causas mais imediatas da crise da dívida soberana portuguesa estão a crise financeira internacional que se iniciou em 2008 nos Estados Unidos da América (E.U.A) e que contagiou os seus principais parceiros comerciais, designadamente a Europa. Bernanke (2008:3) refere que “os fatores importantes que contribuíram para a crise financeira foram: a inadequada gestão de risco, as fraquezas em geral das instituições financeiras mundiais que criaram e mantiveram produtos de crédito complexos, que resultaram na má gestão do risco de algumas instituições financeiras e na ausência de divulgação do risco. Quando os investidores não estavam dispostos ou não eram capazes de financiar novos produtos de crédito estruturados, muitas das maiores instituições financeiras tiveram que se financiar através de instrumentos que não poderiam prontamente vender ou tinham de cumprir as obrigações de financiamento contingente que não tinham planeado adequadamente. A combinação de perdas imprevistas, que desapareceram nas reservas de capital e as pressões de liquidez graves, tem reduzido a capacidade e a vontade de algumas grandes instituições financeiras para tornar aos mercados e para conceder novos créditos, com efeitos adversos para o sistema financeiro e para a economia”.

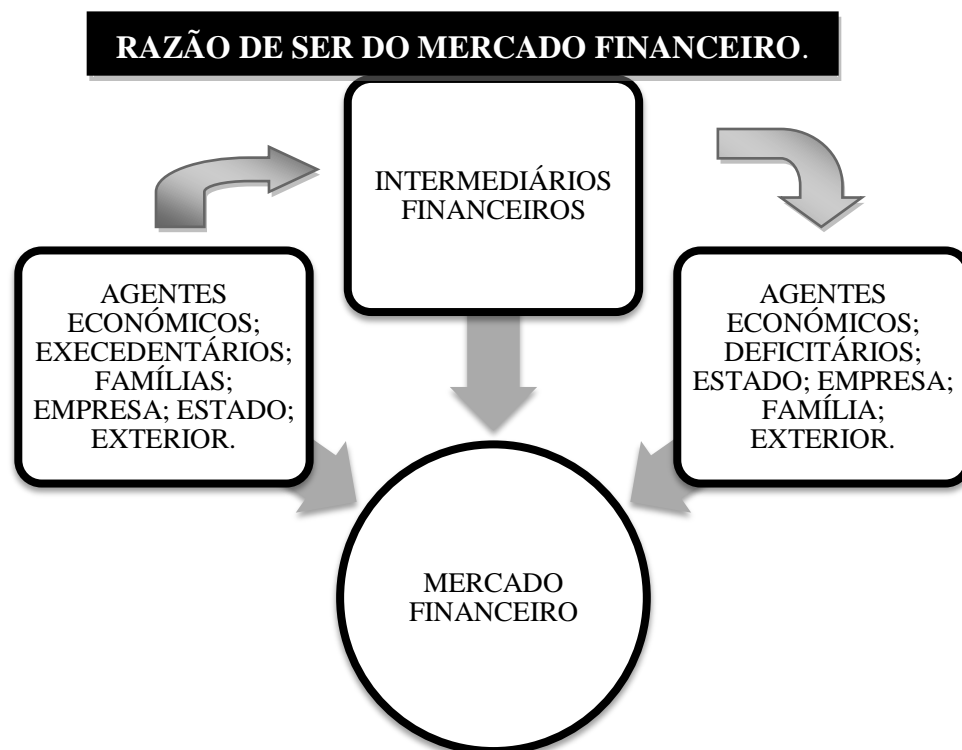
Ferrão (2011:2), também, referiu que “a crise financeira internacional fez perceber aos países ocidentais que estavam a viver acima das suas possibilidades, porque muito do

dinheiro emprestado resultava de complexos esquemas contabilísticos que não tinham uma sustentação real”.

2.2 O sistema financeiro em Portugal.

De acordo com a A.P.B (2011b) “o sistema financeiro compreende um conjunto de instituições financeiras que asseguram, essencialmente, a canalização da poupança para o investimento nos mercados financeiros, através da compra e venda de produtos financeiros”. Estas instituições asseguram um papel de intermediação entre os agentes económicos que, num dado momento, se podem assumir como aforradores e, noutros momentos, como investidores (Figura 1).

Figura 1: O CICLO DO MERCADO FINANCEIRO.



Fonte: Adaptado de A.B.P (2011b).

O setor interno da economia portuguesa divide-se em dois grandes setores que dominam a economia, os setores financeiro e não financeiro. O sistema financeiro português enquadra-se no primeiro destes setores e integra a autoridade monetária, as instituições de crédito e as sociedades financeiras.

De acordo com o DL nº 298/92 de 31 de Dezembro, “o setor financeiro é constituído pelas instituições financeiras. Estas exercem atividades específicas distintas o que, para além de as caracterizar, permite classificá-las com base no papel que desempenham. O

Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) divide as entidades financeiras em dois grupos principais, as Instituições de Crédito e as Sociedades Financeiras”.

O RGICSF (DL n° 298/92 de 31 de Dezembro) classifica como Instituições de Crédito (IC) “as empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito e as empresas que tenham por objeto a emissão de meios de pagamento sob a forma de moeda eletrónica.” Entre as Instituições de Crédito destacam-se as designadas “Instituições de Crédito Universal” e as “Instituições especializadas”. As primeiras integram os Bancos e as Caixas (Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e Caixas Económicas) e Instituições monetárias (criam Moeda), cuja atividade inclui a receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis. As segundas (Instituições Financeiras de Crédito, Instituições de Crédito Hipotecário, Sociedades de Investimento, Sociedades de Locação Financeira, Sociedades de Factoring, Sociedade Financeiras para Aquisições a Crédito, Sociedades de Garantia Mútua, Instituições de Moeda Eletrónica e outras empresas que como tal sejam qualificadas pela lei) só podem efetuar as operações permitidas pelas normas legais e regulamentares que regem a sua atividade.

O RGICSF (DL n° 298/92 de 31 de Dezembro) classifica como Sociedades Financeiras (SF) “as empresas que não sejam instituições de crédito e cuja atividade principal consista em exercer uma ou mais das seguintes atividades: operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos; emissão e gestão de outros meios de pagamento; transações, por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos do mercado monetário e cambial, instrumentos financeiros a prazo, opções e operações sobre divisas, taxas de juro, mercadorias e valores mobiliários; participações em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos; atuação nos mercados interbancários; consultoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários; gestão e consultoria em gestão de outros patrimónios”:

São exemplo de Sociedades Financeiras as seguintes sociedades: financeiras de corretagem; corretoras; mediadoras dos mercados monetários ou de câmbios; gestoras de fundos de investimento; gestoras de patrimónios; de desenvolvimento regional; gestoras de

fundos de titularização de créditos. E, ainda, as agências de câmbios e a FINANGESTE - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.

O Modelo de Supervisão Português integra a supervisão e a regulação. Como refere a A.P.B (2011b), enquanto a “Supervisão tem o intuito de garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro e a eficiência do seu funcionamento, a Regulação pretende prevenir o risco sistémico, ou seja, a possibilidade de ocorrência de um evento não antecipado ou repentino que possa afetar o sistema financeiro como um todo. O facto de existir um conjunto de normas e regulamentos implica o controlo da sua observância pelas instituições financeiras a elas sujeitas e, desta forma, garantir a confiança no sistema financeiro. O Sistema Financeiro Português assenta num modelo de Supervisão Institucional com uma clara distinção entre os três segmentos de mercado existentes - o bancário, o financeiro e o segurador”. O atual modelo de Supervisão do Sistema Financeiro Português está dividido da seguinte forma (Quadro 1).

Quadro 1: O MODELO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO PORTUGUÊS

| Superintendência | | Ministério Finanças | | |
|--------------------------|----|---|--|--------------------------------------|
| Autoridade de supervisão | de | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários | Banco de Portugal | Instituto de Seguros de Portugal |
| Âmbito de supervisão | de | Mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados de atividade dos agentes que neles atuam | Instituições de crédito e Sociedades financeiras | Atividade seguradora e resseguradora |
| Segmento de mercado | de | Financeiro | Bancário | Segurador |
| Modelo de supervisão | de | Supervisão Horizontal | Supervisão Vertical | Supervisão Vertical |

Fonte: Adaptado do A.P.B (2011b).

De acordo com a A.P.B (2011b), o modelo de Supervisão do Sistema Financeiro Português “atualmente em vigor encontra-se em fase de revisão, estando prevista a sua evolução para um modelo com apenas duas autoridades de supervisão – Modelo *Twin*

Peaks.” Além do sistema financeiro português ser objeto de regulação, também, para os produtos transacionados existe um vasto conjunto de diplomas legais (Anexo nº 1).

2.3 Evolução dos Acordos Basileia.

Os Acordos de Basileia (Basileia I, II e III) consistem num conjunto de recomendações de supervisão prudencial aplicadas ao sector financeiro, em geral e ao bancário, em especial, em todo o Mundo. Surgiram no âmbito da criação, em 1930, do *Bank for International Settlements* (BIS), na cidade Suíça de Basileia (Maia 2010:1).

Maia (2010:1) refere que “o BIS tem por objetivo o estabelecimento de relações de cooperação entre Bancos Centrais, em prol da estabilidade do sistema financeiro mundial. Neste processo, intervêm 3 Comitês: de Mercados, do Sistema Financeiro Global e o de Basileia. É este o mais importante, tendo sido criado em 1974, pelo conjunto dos Bancos Centrais dos países mais industrializados”. Efetua-se em seguida, uma análise sucinta de cada um dos Acordos.

2.3.1 Acordo Basileia I.

No primeiro Acordo de Basileia, ou Basileia I (oficialmente denominado *Internacional Convergente of Capital Measurement and Capital Standards*), “foram estabelecidos os princípios fundamentais que devem ser usados como referência pelas autoridades públicas na supervisão dos bancos localizados nos países que assinaram o Acordo. Destes princípios salientam-se as exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito” (Nunes 2011:1).

Carneiro et al. (2004:5) e Silva (2008:1) referem que no Acordo de Basileia I são recomendados, aos países que estavam “representados pelos supervisores dos bancos centrais ou pelas autoridades com responsabilidades pela supervisão, padrões mínimos de requisitos de capital devido ao nível de descapitalização dos bancos nos anos 80. “Em 1988, o Comité introduz regras de cálculo de capital regulamentar, exigindo que o capital mínimo passe a ser de 8% até ao final de 1992. Este Acordo, adotado pelos membros e por outros 100 países, conduziu à ponderação dos ativos de acordo com o risco de incumprimento das obrigações da contraparte, ou seja, o risco de crédito. Exige também, as melhores práticas e *standards* de supervisão, cabendo às autoridades dos países membros a sua implementação”.

De acordo com Tanaka, (2003:219, citado por Silva, 2008:14), em Basileia I a “ponderação de risco para empréstimos a soberanos e empresas da OCDE é respetivamente de 0% e de 100%, ou seja, este Acordo não diferencia os bancos e mutuários e apresenta-se pouco sensível ao risco, daí a necessidade de se ter avançado para um Novo Acordo”.

Segundo Carvalho (2004:18 citado por Carneiro et al., 2004:5), “o Acordo passou de um acerto de regras competitivas para um marco na reorientação das estratégias de regulação prudencial no final do século XX”.

Rodríguez (2003:122, citado por Silva, 2008:14) refere que “em Junho de 1999, na primeira versão do documento de consulta sobre o Novo Acordo, é feita pela primeira vez alusão ao risco operacional, que, com a implementação definitiva do Acordo, passaria a ser considerado no cálculo dos requisitos de capital. O *Chairman do Basel Committee on Banking Supervision* referiu que a complexidade do Novo Acordo é uma consequência natural dos avanços e inovações dos mercados financeiros, sendo que as atividades e gestão das organizações bancárias estão mais complexas do que na data da implementação de Basileia I, consistindo Basileia II na necessidade da existência de uma base mais atenta ao risco”.

Pereira (2006:105) refere que, “não obstante Basileia I ter reforçado a estabilidade financeira, não impediu que algumas crises, suscetíveis de abalar a confiança no sistema, tivessem ocorrido, em especial nos chamados mercados emergentes”. Atente-se nas crises da Ásia de 1997 a 1998, da Rússia no Verão de 1998 e da Argentina em 2002 (Rodríguez, 2003:120, citado por Silva 2008:2).

Pereira (2006:104) refere, ainda, “que por iniciativa do BIS, iniciou-se o delinear de um conjunto de regras de harmonização da supervisão bancária muito incentivada desde a crise asiática referida”.

Em suma, o Acordo de Basileia I entrou em vigor em 1988 como um padrão único para apurar o capital regulamentar mínimo. Apresentava um único pilar, relativo ao requisito mínimo de capital o que permitiu a simplificação da implementação e da comparação dos resultados entre as instituições financeiras. Entre as lacunas de Basileia I são de destacar a pouca sensibilidade ao risco e o estímulo da avaliação de capital regulamentar.

2.3.2 Acordo Basileia II

Em 2004 foi assinado um novo Acordo em Basileia, o qual ficou conhecido como “Basileia II”. Este novo acordo surge na sequência de diversas falências de bancos ao longo da década de 90 e centra-se em três pilares e 25 princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária (Nunes, 2011:1).

De acordo com a literatura (Carneiro et al., 2004; Alves et al., 2004; Carvalho et al., 2006; Pereira., 2006; Silva., 2008; Alves et al., 2009; Dantas et al., 2010), o BCBS como entidade responsável a nível mundial, formulou uma proposta para definir um acordo de capitais, em cooperação com bancos centrais e autoridades financeiras de diversos países. Basileia II considera diversos tipos de risco, como os riscos de crédito, de mercado e operacional e assenta em três pilares:

- **Pilar I - Requisitos Mínimos de Capital.** “Refere-se aos requisitos e exigências de capital dos bancos, para cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional, o capital necessário para alocar ao risco. As autoridades reguladoras fixarão regras para que seja alocado pelas instituições financeiras a um capital mínimo equivalente ao risco a que tais instituições se sujeitam a sensibilidade ao risco” (Carvalho et al., 2006:78).
- **PILAR II - Processo de revisão da supervisão.** “Trata do processo de exame e supervisão bancária e a revisão da supervisão” (Carvalho et al., 2006:78).
Segundo o BCBS (2003:138) “o processo de revisão de supervisão destina-se não apenas a garantir que os bancos tenham capital adequado para suportar todos os riscos em seus negócios, mas também encorajar os bancos a desenvolver e usar melhores técnicas de gestão de risco e monitoramento”.
- **PILAR III - Disciplina do mercado.** “Cuida da disciplina do mercado financeiro e exigências de informação e da importância da divulgação nas demonstrações financeiras” (Carvalho et al., 2006:78).

Alves et al. (2004:8) referem que “a prática da divulgação procura dar maior transparência quanto à gestão de riscos e formas de alocação de capital, e influencia no aumento da eficiência dos mercados. Há esforço do BCBS (2003:154) em harmonizar as recomendações do Pilar III com os padrões de contabilidade vigentes nos países. São enumeradas, entre outros itens, recomendações para divulgação de informações qualitativas e quantitativas relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e operacional”.

De acordo com Carvalho et al. (2006: 78) “o Acordo Basileia II procura minimizar os problemas resultantes da padronização imposta por regras gerais, reconhecendo a possibilidade de as instituições financeiras optarem por desenhos mais próximos de suas exposições particulares, isto é, mais aderentes ao perfil de risco que cada uma tem em função da atividade que decidiu realizar. Na prática, as diferenças substanciais entre Basileia I e II são estruturais. Nas duas versões, as instituições financeiras devem ter capital suficiente para fazer frente aos riscos que reconhecem e resolvem correr em função do *trade-off* risco/retorno ser favorável (dimensão da alocação de capital, Pilar 1)”. Os autores afirmam, ainda, que “Basileia II acrescenta, em função da decisão anterior, que a adoção de boas práticas de gestão de riscos pelos bancos deve ser verificada pelos reguladores (dimensão da supervisão bancária, Pilar 2). Basileia II acrescenta, também, a necessidade de demonstração efetiva, por parte das instituições, de transparência e melhor comunicação com o mercado em que atua (dimensão da divulgação, Pilar 3)”.

Segundo Silva (2008:12) “com Basileia II, não está apenas em questão uma simples norma de proporções contabilísticas a aplicar pelos Bancos, mas, sobretudo, de instrumentos de gestão e de competitividade, estando em causa:

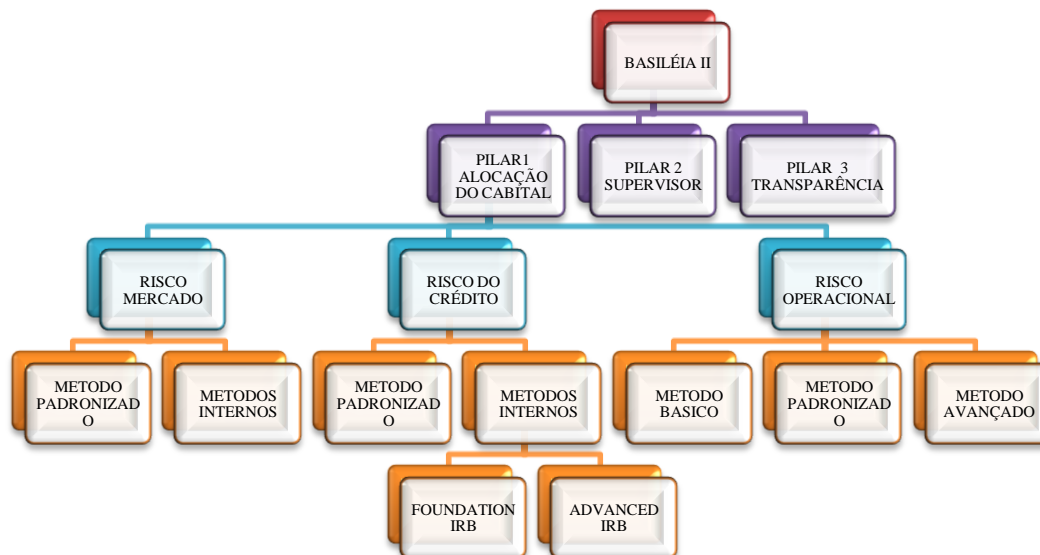
- ✓ Análise da exposição aos riscos;
- ✓ Capacidade de definição e execução de estratégias de gestão de riscos;
- ✓ Capacidade de fixação e vigilância de limites de risco adequados;
- ✓ Capacidade e consistência na análise de performance;
- ✓ Controlo e supervisão.”

Dantas et al. (2010:5) evidenciam que “as orientações expostas em Basileia II atualizam os padrões definidos no acordo de Basileia I, buscando suprir suas deficiências e limitações, e apresentam alternativas mais sofisticadas para o cálculo do capital mínimo regulamentar, aproximando-o do capital económico calculado pelos próprios bancos na gestão dos seus negócios. Enquanto o Acordo anterior exigia a alocação de capital para risco de crédito e risco de mercado, o novo referencial, além de promover mudanças conceituais relevantes em relação ao alcance do risco de mercado¹ e a considerar diferentes fatores de ponderação e mitigadores no cálculo da exposição ponderada pelo risco, também orienta a consideração dos riscos operacionais. Em relação às alternativas de cálculo de capital regulamentar, essas passam a considerar desde abordagens

¹ Inclui o risco de taxa de juro, o risco cambial e outros riscos de preço.

padronizadas, semelhantes ao padrão de Basileia I, até abordagens avançadas e complexas, nas quais o capital regulatório é calculado a partir das próprias medidas de risco que os bancos utilizam internamente na gestão dos seus negócios”. A figura 2 apresenta a estrutura proposta pelo Novo Acordo, a partir de Junho de 2004.

Figura 2: ESQUEMA DE BASILEIA II



Fonte: Carvalho et al. (2006:79).

Como se verifica na figura, existe uma relação entre a categoria de risco (mercado, crédito e operacional) e os métodos para alocação de capital.

Este Acordo foi consolidado sobre três pilares, com o objetivo de aperfeiçoar o cálculo de capital mínimo requerido e proporcionar maior certificação de confiança no sistema financeiro internacional.

2.3.3 Acordo Basileia III

O Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) publicou, em Dezembro de 2010, o designado Acordo Basileia III, que integra alterações regulamentares extremamente importantes nos seguintes domínios: capital, liquidez e rácio de alavancagem, as quais serão aplicadas, de modo faseado, a partir de 2013 (BCBS 2010).

Mendonça et al. (2011:7) referem que “o Comité oficializou a proposta de Basileia III e que é possível levantar, a partir da leitura de diferentes documentos o que seria o diagnóstico da crise. Entre os fatores que poderão ter conduzido à crise, destacam: o excesso de liquidez, resultante da concessão excessiva de crédito e dos baixos padrões de controlo de emissão títulos; a elevada alavancagem, o baixo nível e qualidade de capital e *buffers* de liquidez inadequados de forma mais específica e a vulnerabilidade do sector

bancário. Após a eclosão, a crise teria sido agravada por processos de desalavancagem de natureza pro-cíclica e pela interconexão de instituições financeiras sistemicamente importantes”.

As mudanças, expostas por Mendonça et al. (2011:8) foram os requisitos de capital, a restrição da alavancagem e o índice de liquidez. “Nos requisitos de capital trata-se da qualidade e quantidade de capital a ser mantido, assim como dos riscos tratados. A exigência da manutenção de capital de maior qualidade procura garantir uma maior capacidade de absorção de perdas. Com este intuito, alargou-se a importância do *common equity* (ações ordinárias), parcela do capital de maior qualidade, uma vez que os requerimentos mínimos desse tipo de capital foram elevados dos atuais 2% para 4,5%. Vale destacar que, quando se considera a imposição de regras mais estritas para o cálculo das ações ordinárias, as mudanças, proposta são mais amplas”.

O BCBS (2010:63) “implementou novas alterações regulamentares de capital para a melhoria da qualidade do capital, as novas determinações implicaram o alargamento da cobertura de riscos. O aumento da quantidade de capital é outro elemento de importância. Foi dado destaque à criação de “*Buffers* de capital” em períodos de tranquilidade de forma a criar um amortecedor a ser utilizado em períodos de *stress*. Esta perceção substanciou a criação de um “*Buffers* de capital”, estabelecido em 2,5% do património comum. A não observância deste requerimento implica a imposição de restrições na capacidade do banco em distribuir ganhos, se não manter este requerimento as consequências do *Buffers* de Capital são: as restrições na sua capacidade de distribuir ganhos e a soma dos requerimentos mínimos de 4,5 % a este de 2,5% leva os requerimentos a 7%. Sancionou-se também a criação de um *Buffer* contra cíclico, que significa a possibilidade de elevação da conservação *Buffer* em 2,5% em períodos de grande elevação do crédito, ou seja, quando a formação de uma bolha se inicia e pode implicar risco para o sistema. E tal *Buffer* pode ser minorado quando o sistema bancário se vê diante da necessidade de absorver perdas que podem afetar a estabilidade financeira”.

Mendonça et al. (2011:10) referem, ainda, outra mudança: “a restrição da alavancagem está na introdução de um rácio de alavancagem não ponderado pelo risco que possa atuar como um *backstop* para os requerimentos de capital é outro elemento novo que passa a compor a nova estrutura regulamentar. A justificativa para tal foi a perceção de que, no processo de geração da crise, a manutenção de níveis de capital adequado, mesmo

Tier 1, não impediu que instituições assumissem elevadas posições alavancadas, dentro e fora do balanço. Desta forma, outra lição entendida pelo Comité da crise foi que há situações em que os requerimentos de capital ponderado pelo risco não possibilitam uma boa avaliação da saúde do banco”. Segundo Cecchetti (2010:24, citado por Mendonça 2011:10), “em algumas situações as regras de ponderação de risco não são representativas do risco efetivo. Neste sentido, a introdução do rácio de alavancagem vem no sentido de atuar como *backstop* os requerimentos de capital sensíveis ao risco, assim como os modelos de risco. O objetivo explicitado é contribuir para a contenção de risco sistémico que pode resultar de processos de crescimento excessivos da alavancagem”.

Mendonça et al. (2011:10) referem a mudança relacionada com os Índices de liquidez. Consideram que a “eclosão da crise e seus desdobramentos sobre os sistemas bancários acabaram por apontar a importância da liquidez das carteiras das instituições bancárias. Neste sentido, a introdução de índices de liquidez surgiu como resposta à fragilidade observada quando da crise”.

O BCBS (2010:9) salienta que “o objetivo é tornar os bancos mais resistentes a dificuldades potenciais em captações de curto prazo, assim como de enfrentar os desencontros estruturais de prazos de suas posições ativas e passivas. E, propõe a criação de dois instrumentos complementares: Os requisitos de liquidez incluem a introdução de um rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (*liquidity coverage ratio* LCR) que se destina a garantir que os bancos detêm ativos líquidos de elevada qualidade suficientes para fazer face a um cenário de crise grave com a duração de um mês, e um rácio de financiamento estável líquido (*net stable funding ratio* NSFR) a mais longo prazo, que aumenta os incentivos para que os bancos se financiem através de fontes mais estáveis numa base estrutural”.

Mendonça et al. (2011:11) verificam que “além destes indicadores, Basileia III inclui um sistema de monitorização que possibilite ao Supervisor a identificação e análise das tendências de liquidez não só de bancos individualmente, mas do sistema. A introdução de índices de liquidez coloca duas questões de ordens distintas. A primeira questão é da assunção do Comité de que a manutenção de capital em níveis adequados pode ser entendida como fundamental, porém não é suficiente para garantia da estabilidade do sistema bancário e a segunda questão da procura de instrumentos amplamente presente em estruturas regulamentarem prévio ao “regime de Basileia”. Na verdade, as transformações

nos mercados financeiros, com o amplo desenvolvimento de instrumentos negociáveis e organização de mercados secundários acabaram por disseminar a crença de que liquidez não era mais uma questão a ser enfrentada. No entanto a crise, marcada por uma forte elevação da preferência pela liquidez dos agentes, mostrou o contrário”.

Cecchetti (2010:3, citado por Mendonça 2011:9) considera que “Basileia III representa uma expansão substancial e significativa dos *Buffers* de capital de apoio ao sistema bancário mundial. Também na taxa efetiva as exigências são mais fortes e para introduzir mais rápido do que possa parecer. Por fim é possível afirmar que o reforço do capital resulta da forma de conceituação, da composição e do tamanho do capital a ser mantido”.

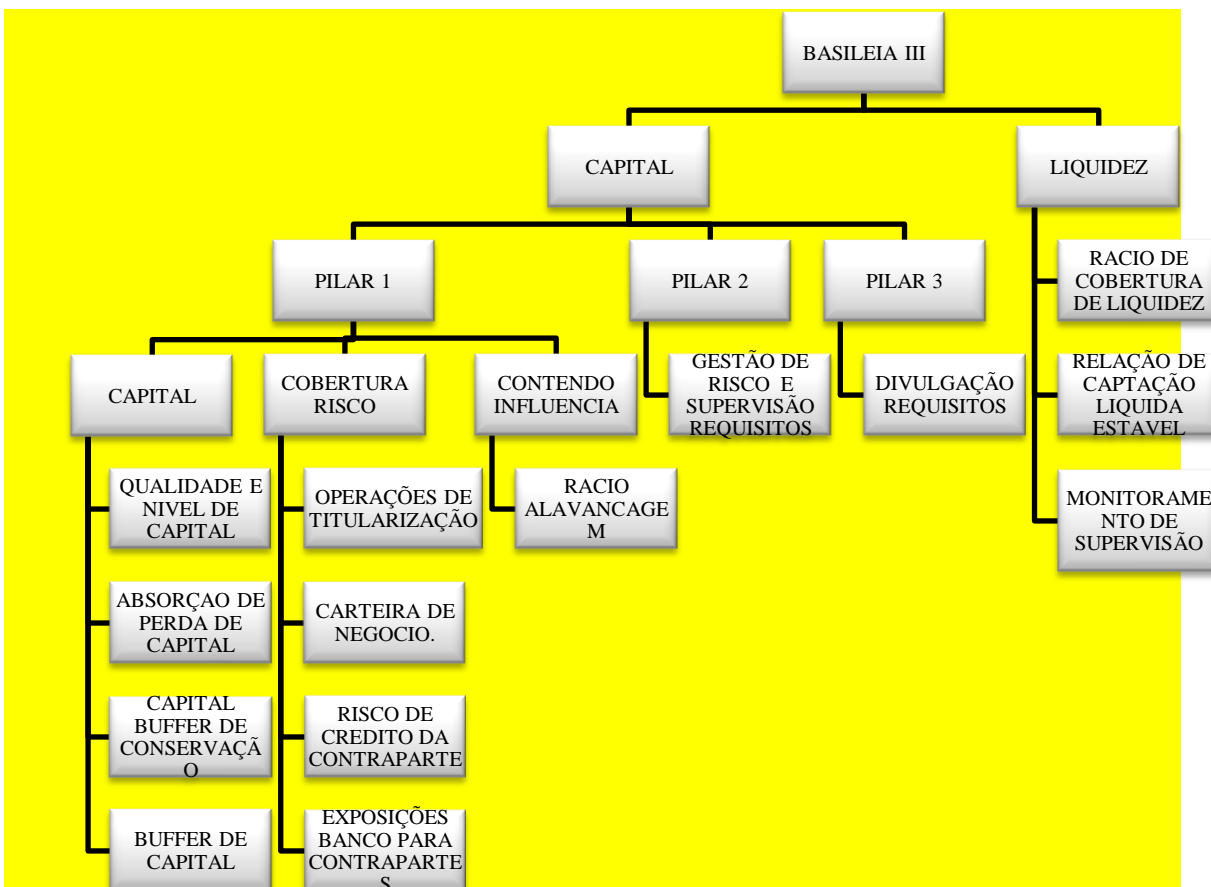
O Acordo de Basileia III inclui onze indicadores abrangendo um horizonte temporal que vai de 2011 a 2019. Segundo Maia (2010:2), os indicadores são:

- 1.º Rácio de alavancagem: estabelece “limites à relação entre os capitais alheios e os capitais próprios do sistema bancário. Nos anos de 2011 e 2012 possui um período de monitorização para, de 2013 a 2017, introduzir, em 2015, quantificação. No ano de 2018, adequa-se ao Pilar 1 do Acordo de Basileia II”;
- 2.º Rácio mínimo de capital: estabelece “uma relação entre capitais próprios e alheios. Tem início em 2013 com o valor de 3,5%, 4% em 2014 e de 4,5% de 2015 a 2019”;
- 3.º “*Almofada*” (*buffers*) de conservação de capital: “consiste numa “*almofada*” (*buffers*) prudencial de capital de cada banco (a constituir em períodos de expansão para fazer face a períodos de contração). Inicia-se em 2016, com 0,625%, em 2017 passa para 1,25% e, respetivamente, 1,875% e 2,5% em 2018 e 2019”;
- 4.º Número de ações ordinárias mais a “*almofada*” (*buffers*): “deverão, do capital social, representar: 3,5% em 2013 para subir, progressivamente, até 7% em 2019”;
- 5.º Deduções ao capital próprio incluído no indicador *Tier 1*: “iniciando-se com 20% em 2014, subindo para 100% a partir de 2018”;
- 6.º Rácio de capital mínimo *Tier 1*: “relação entre os capitais próprios com ações ordinárias ponderados pelo risco dos ativos (fixado pelo Banco Central de cada país), inicia-se com 4,5% em 2013 subindo para 6% de 2015 em diante”;

- 7.º Capital mínimo total: “inclui em acréscimo ao anterior, nos capitais próprios, as ações preferenciais (para além das ordinárias) e outros interesses equivalentes. Em 2013, assume o valor de 8% permanecendo constante até 2019”;
- 8.º Capital mínimo total mais “*almofada*” (*buffers*) de conservação: “assume o valor de 8% de 2013 a 2015 subindo progressivamente até 10,5% em 2019”;
- 9.º Instrumentos de capitais excluídos dos rácios *Tier 1* e 2: “deixam, paulatinamente, de ser considerados ao longo de um período em crescendo de 10 anos, desde 2013”;
- 10.º Rácio de cobertura de liquidez: em 2011 tem início um período de observação que vai até 2014. A partir de 2015 é fixado um valor mínimo;
- 11.º Rácio de liquidez estável de obtenção de financiamento: “o seu período de observação conhece o início em 2012 e fim em 2017 após o que, em 2018, introduz-se um valor mínimo”.

O Comité de Basileia de Supervisão Bancária refere que “as reformas de Basileia III reforçam a regulação e a supervisão micro prudencial, e adiciona uma supervisão macro prudencial, que inclui *Buffers* de capital” (BIS, 2011). A figura 3 apresenta o resumo de Basileia III.

Figura 3: RESUMO DE BASILEIA III



Para além de cumprirem as exigências de Basileia III ao nível mundial, as instituições financeiras sistemicamente importantes (SIFIs) devem ter maior capacidade de absorção de perdas para refletir os maiores riscos que representam para o sistema financeiro. O Comité desenvolveu uma metodologia que inclui indicadores quantitativos e os qualitativos que são os elementos ao nível mundial para identificar os bancos sistemicamente importantes (SIBs). As exigências de absorção de perdas adicionais deverão ser respeitadas por capital social progressivo Tier 1, estas exigências de capital que variam de 1% para 2,5%, dos ativos ponderados pelo risco e dependendo da importância sistémica de um banco. Para os bancos que enfrentam um escalão de risco superior a 3.5% destina-se a proporcionar aos bancos incentivos para evitar aumentar ainda mais a sua importância sistémica ao longo do tempo. O documento de consulta foi publicado em cooperação com o Conselho de Estabilidade Financeira, que está coordenando o conjunto global de medidas para reduzir o risco moral representados pelos SIFIs mundiais.

Fonte: adaptado de BIS (2011).

Chabanel (2011:4) refere que Basileia III “constitui uma oportunidade, assim como um desafio para os bancos, pode fornecer uma base sólida para a evolução próxima do setor bancário e pode garantir que os excessos do passado sejam evitados. Basileia III está a mudar a forma como os bancos abordam a gestão de risco e as finanças. O novo regime

visa uma integração muito maior do financiamento e funções de gestão de risco. Isto irá provavelmente conduzir à convergência das responsabilidades do diretor financeiro na concretização dos objetivos estratégicos do negócio. No entanto, a adoção de uma postura regulamentar mais rigorosa pode ser dificultada por uma dependência de bases de dados e por uma separação de poderes entre aqueles que são responsáveis pelas finanças e aqueles que gerem risco. A nova ênfase na gestão de risco que é inerente a Basileia III exige a introdução ou a evolução de uma estrutura de gestão de risco que é tão robusto como as infraestruturas de gestão já existentes no sector financeiro”.

Maia (2010:3) refere “impactos relevantes sobre a economia portuguesa no setor financeiro do país. Os Acordos de Basileia III, obrigatoriamente, terão reflexos sobre os restantes agentes económicos e suas inter-relações: o Estado (e suas relações com outros), as empresas, as famílias e, implicitamente, a postura e a quantificação dos níveis de risco. O Estado passa a obter financiamentos a custos mais elevados por força de maiores exigências de capital, de precaução com o risco e liquidez do sistema bancário. A dívida soberana, teoricamente, deverá conhecer um custo acrescido nas taxas de juro, em todos os segmentos temporais (especialmente os mais longos). Nas empresas, ao financiarem-se junto do sistema financeiro a um custo mais elevado refletindo a precaução acrescida na concessão de crédito, investirão menos, criarão menos postos de trabalho e a economia terá disponível menos dinheiro para o investimento de substituição e de raiz (no que se refletirá num crescimento real do produto menor). As famílias, por seu lado, conhecerão (tal como as empresas) *spreads* mais elevados do que os atuais decorrentes de exigências superiores com os riscos de crédito e de liquidez, conhecendo o crédito a conceder limites mais apertados do que os atuais”.

Por fim, os níveis de risco surgirão condicionados pelos novos mecanismos implícitos nos indicadores já anteriormente citados. É o que sucede com os rácios de capital *Tier 1* capital mínimo mais “*buffers*” de conservação. Tal como o Banco Portugal já tinha recomendado, em 2008 (carta-circular nº 83/2008/DSB) é necessário o cumprimento de uma percentagem mínima de 8% referido ao rácio *Tier 1*, também, designado de rácio de adequação de fundos próprios de base.

Basileia III foi desenvolvida a partir do quadro Basileia II existente e as diferenças mais significativas para os bancos, são as introduções do rácio de liquidez, do rácio de alavancagem e os maiores requisitos mínimos de capital.

Os grupos financeiros CGD (2010) e BCP (2010) reconheceram os objetivos do Acordo “Basileia III” e referem-nos nos seus Relatório e Contas.

2.4 O risco no contexto da banca.

Weerthof (2011:1) refere que “os riscos, para o sector bancário, ocorrem quando este concede crédito correndo o risco de que não seja reembolsado total ou parcialmente. Na sua maioria, os bancos estão dispostos a correr riscos, cobrando em retorno uma elevada taxa de juros (*spread*). Geralmente, quanto maior o risco que os bancos assumem mais dinheiro esperam ganhar, no entanto, quanto maior é esse risco, maior é a probabilidade de os bancos perderem em larga escala e serem obrigados a sair do setor bancário. Sendo assim, os bancos tentam assegurar que o risco assumido é informado e prudente. É o controlo deste "jogo" que constitui o negócio da Gestão de Risco.”

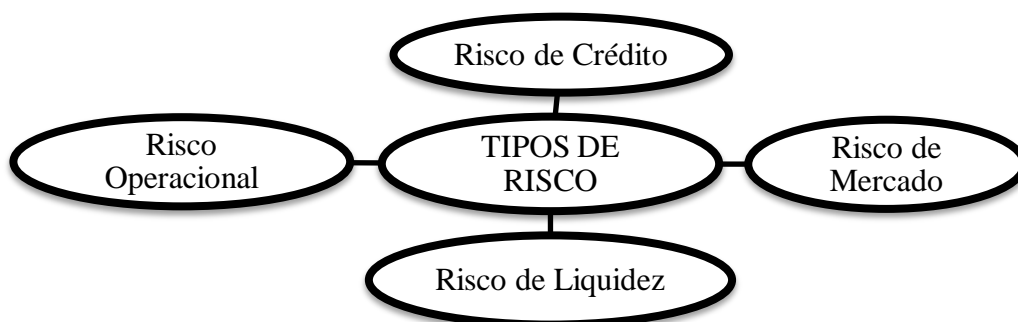
Como refere Silva (2008:7), “o sector bancário é uma atividade que envolve riscos, o risco é inerente a qualquer situação que implique a tomada de decisões cujos resultados tenham lugar no futuro, podendo implicar que estes venham a diferir do esperado. É, pois, esta volatilidade nos resultados a essência do risco” As empresas, em geral, enfrentam uma diversidade de riscos (de negócio, estratégico, operacional e financeiro) sendo o risco financeiro particularmente relevante para a banca (Ferreira, 2004:2, citado por Silva, 2008:7).

Silva (2008:7) refere que “por Risco de Negócio entende-se aquele que se assume para criar uma vantagem competitiva e acrescentar valor para os acionistas, decorrendo da ligação ao mercado. Inclui-se nele as inovações tecnológicas, o *design* de produtos, o marketing, entre outros. O Risco Estratégico decorre de alterações no enquadramento económico e político da empresa (e.g. as expropriações e nacionalizações ocorridas em Portugal na década de setenta). O Risco Operativo, operacional ou técnico, é inerente a fatores como as falhas humanas nos sistemas de informação, nos sistemas de *reporting*, nos processos operativos ou em insuficiências dos mecanismos de controlo. No setor bancário este risco está intrinsecamente relacionado com erros nas instruções de pagamento ao liquidar transações ou falhas humanas, estando a falta de controlo interno na maior parte dos casos na origem destes problemas, nomeadamente porque a gestão não tomou as medidas e as políticas adequadas de supervisão dos empregados que poderão expor o banco a perdas. Este tipo de risco poderá ser visível a dois níveis, o técnico, que ocorre quando os sistemas de informação ou as medidas do risco são insuficientes, ou a

nível organizacional, quando as regras ao nível de *reporting* e de acompanhamento do risco são insuficientes ou mesmo inexistentes”.

Tal como referido acima, os bancos esperam ganhar com o retorno dos riscos por eles assumidos. No entanto, é provável que os bancos percam dinheiro com esses mesmos riscos. A figura 4 indica os tipos de riscos a que, de acordo com Silva (2008:7), “se encontram sujeitas as instituições financeiras, cuja definição serve de base para a medição de cada uma delas e para a implementação de metodologias para a sua gestão. Com o decurso dos anos as definições de cada uma foram ganhando precisão, tendo este processo sido largamente ajudado pelas regulações que definiram os princípios e regras básicas a serem aplicados aos vários riscos”.

Figura 4 – TIPOS DE RISCOS.



Fonte: Adaptado de Ferreira, (2004:4, citado por Silva 2008:7).

2.4.1 Risco operacional.

Existem vários conceitos de risco operacional e abordagens distintas para o apuramento das exigências de capital (Oldfield, 1997; Figueiredo, 2001; Duarte Júnior et al., 2001; BCBS, 2003; Alves et al., 2004; Carneiro et al., 2004; BCBS, 2005; Pereira, 2006; Carvalho, 2006).

Oldfield (1997:12) refere que “o risco operacional está associado com os problemas de processamento de regularidade, na venda e na compra de dinheiro. Também surge na administração nos registos da contabilidade dos pagamentos, nas falhas do processamento do sistema e de conformidade com os vários regulamentos.”

Figueiredo (2001:13) defende que o estudo sobre o “risco operacional está num estágio inicial, não apresenta uniformização em termos de conceito, nem as instituições têm entendimento claro da abrangência do risco operacional, nem do que representa um evento dessa natureza.”

Duarte Júnior et al. (2001:15); referem que o “Risco operacional é o conceito, mais recente em gestão de riscos na comunidade financeira internacional, apesar de relacionado a problemas e dificuldades com os quais as instituições convivem há muito tempo. Pela novidade e abrangência do tema, não houve consenso inicial quanto às exposições a perdas inesperadas compreendidas no conceito da gestão de riscos operacionais sobre o conjunto de atividades necessárias para mitigar possíveis perdas em uma instituição financeira, caso seus sistemas, práticas e medidas de controlo não sejam capazes de resistir a falhas humanas, danos à infraestrutura, utilização indevida de modelos matemáticos – por exemplo, modelos de escoragem para crédito, cujo objetivo é estimar o risco de um cliente ou operação de crédito com base em dados cadastrais do cliente e dados da operação em questão”.

Segundo o BCBS (2003:141-168), a “gestão do risco operacional pode ser entendida como [...] identificação, avaliação, monitoramento e controlo/mitigação do risco. O tratamento do risco operacional pode ser compreendido em perspetiva qualitativa, quantitativa ou ambas. Padrões qualitativos podem referir-se a diretrizes de controlos internos, diretrizes de qualidade para processos e recursos, e diretrizes setoriais de boas práticas operacionais. A perspetiva quantitativa pode associar-se à utilização de modelos para mensuração do risco operacional, com o uso de técnicas como *value at risk*. O primeiro passo do processo de gestão de risco é identificar os eventos de riscos. Para isso, dividi-lo em categorias auxilia. Não existe uniformização quanto a categorias e subcategorias do risco operacional. Essa divisão deve ser coerente com a prática de Gestão de cada instituição. Talvez uma possibilidade futura, e até necessária, seja a divisão em categorias de risco quantificáveis e não quantificáveis, para objetivar o trabalho de mensuração do risco provisionar e contabilizar as perdas operacionais e facilitar a alocação de capital”.

O BCBS (2005:140) menciona que o “risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas e sistemas, ou eventos externos². A definição inclui risco legal, mas exclui risco estratégico. O Comité divulgou uma classificação por sete tipos de evento para o risco operacional: fraude

² Figueiredo (2001:13) refere uma definição similar contida no *consultative document operational risk* (2001). Pereira (2006:110) a essa definição acrescenta que “compreende todas as outras formas a partir das quais é possível que um banco perca dinheiro. O exemplo mais emblemático de risco operacional é a fraude.”

interna; fraudes externas e segurança no ambiente de trabalho; clientes, produtos e práticas de negócios; danos a ativos físicos; interrupção dos negócios e falhas de sistemas; execução, entrega e gestão de processos”.

Para simplificar o risco operacional nas suas diversas categorias, Crouhy e Mark (1998, citados por Figueiredo, 2001:22) explicam que “os riscos operacionais podem se originar de fontes externas ou internas. O risco de fontes externas seria o risco da escolha de uma estratégia inapropriada em resposta a fatores ambientais, tais como: política, tributos, regulamentação, governo e concorrência; e o risco de fontes internas seria o risco acontecido na investigação da estratégia, as falhas operacionais, e podem ocorrer em função das pessoas, dos processos e da tecnologia”.

De acordo com Figueiredo (2001:24) a “intensidade dos riscos varia entre instituições de acordo com o tamanho, complexidade, volume de negócios e serviços, qualidade de seus recursos tecnológicos e humanos. O objetivo dessa categorização é facilitar a identificação e o mapeamento dos riscos quer seja por produtos, processos, serviços ou unidades de negócios”.

Relacionado com a consideração do risco operacional, o BCBS (2003:123-130); Alves et al. (2004:7-8); Carneiro et al. (2004:9-10); Pereira (2006:112); Carvalho (2006:79-80), entre outros, referem que Basileia II “introduz três abordagens distintas para o apuramento da exigência de capital:

- i. Indicador básico (BIA),
- ii. Abordagem padronizada (STA),
- iii. Abordagem de mensuração avançada (AMA).

Na abordagem do indicador básico (BIA), um percentual fixo (definido como um parâmetro *alfa*, fixado em 0,15) é aplicado sobre a média das receitas brutas positivas dos últimos três anos. O conceito de receita bruta definido no Novo Acordo é encontrado pela soma das receitas líquidas financeiras (receitas com juros) e não-financeiras (receitas não relacionadas com juros), sendo, portanto, desconsideradas:

- i) Quaisquer despesas de provisão;
- ii) Despesas operacionais associadas, por exemplo, com o pagamento a fornecedores de serviços *outsourcing*;
- iii) Lucro ou prejuízo com a venda de títulos do *banking book*;
- iv) Receitas ou despesas consideradas extraordinárias ou não-recorrentes.

A abordagem padronizada (STA) separa as receitas brutas por linhas de negócios e define parâmetros beta, para cálculo do requerimento de capital a ser aplicado à receita bruta de cada uma dessas linhas de negócio.” Segundo Turing (2003:256, citado por Alves et al, 2004:8) “Será representado por uma percentagem diferente para cada uma das oito linhas de negócios e requer capital igual ao agregado de [renda média bruta anual dos três anos anteriores] *[percentagem das linha de negocio] para cada uma das oito linhas de negócio tem as suas percentagens conforme o BCBS (2003:123), são as seguintes *Corporate Finance 18%, Trading and Sales 18%, Retail Banking 12%, Commercial Banking 15%, Payment and settlement 18%, Agency services 15%, Asset Management 12%, Retail brokerage 12%*”.

A abordagem de mensuração avançada (AMA) é baseada nos sistemas de mensuração de risco desenvolvidos internamente pelos bancos, para os quais são considerados critérios quantitativos e qualitativos. De acordo com o BCBS (2003:123) “o requisito de capital regulatório será igual à medição de risco gerada pelo sistema de mensuração de risco operacional interno do banco usando critérios qualitativos e quantitativos (...) O uso da AMA está sujeito à aprovação dos supervisores”. Além de que “o banco não pode reverter para uma abordagem mais simples uma vez que tenha sido aprovado numa mais avançada sem a aprovação do supervisor” (BCBS, 2003:120).

O BCBS (2003:123-130) apresenta “diversas exigências regulatórios requeridas para a abordagem padronizada e para a abordagem de mensuração avançada”. Por exemplo, segundo Turing (2003:256, citado por et al. 2004:8) para aplicar o AMA, “como parte do sistema de avaliação de risco operacional interno, o banco deve sistematicamente rastrear dados relevantes de risco operacional, incluindo perdas materiais por linha de negócio”.

2.4.2 Risco do Crédito.

Existe uma diversidade de conceitos e abordagens para o apuramento da exigência de capital, tendo em conta o risco de crédito.

Pereira (2006:110) refere que quando “ as pessoas individuais e as empresas ou o governo falham em honrar o compromisso assumido de efetuar um pagamento, tem-se o risco de crédito. Existe uma fronteira pequena entre o risco de mercado e o risco de crédito, uma vez que o risco de mercado poderá influenciar as decisões dos atores mencionados acima. O risco de crédito advém de diversas fontes entre as quais podemos destacar os empréstimos individuais falha em repor total ou parcialmente a quantia

emprestada e as operações de troca quando o sujeito se apercebe que vai perder dinheiro com a troca, fica resistente em pagar”.

Para Figueiredo (2001:9) “o risco de crédito é a mais antiga forma de risco no mercado financeiro. É consequência de uma transação financeira contratada entre um fornecedor de fundos (doador do crédito) e um usuário (tomador do crédito). Antes de qualquer sofisticação, produto da engenharia financeira, o puro ato de emprestar uma quantia a alguém traz uma probabilidade de ela não ser recebida, a incerteza em relação ao retorno. A atividade de concessão de crédito é função básica dos bancos, portanto o risco de crédito toma papel relevante na composição dos riscos de uma instituição e pode ser encontrado tanto em operações onde existe liberação de dinheiro para os clientes como naquelas onde há apenas a possibilidade do uso. Os principais tipos de operações de crédito de um banco são: empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, adiantamento a depositantes, adiantamento de câmbio, operações de arrendamento mercantil (*leasing*), avais e fianças etc. Nessas operações, o risco pode apresentar-se sob diversas formas, conhecê-las conceitualmente ajuda a direcionar a gestão e a mitigação”. O autor (Figueiredo, 2001:9-10) apresenta a definição dessas formas de risco de crédito:

1. “Risco de incumprimento: risco do não pagamento, por parte do tomador, de uma operação de crédito - empréstimo, financiamento, adiantamentos, operações de *leasing* - ou ainda a possibilidade de uma contraparte de um contrato ou emissor de um título não honrar seu crédito.
2. Risco de degradação de garantia: risco de perdas em função das garantias oferecidas por um tomador deixar de cobrir o valor de suas obrigações junto à instituição em função de desvalorização do bem no mercado, dissipação do património empenhado pelo tomador.
3. Risco de concentração de crédito: possibilidade de perdas em função da concentração de empréstimos e financiamentos em poucos sectores da economia, classe de ativos, ou empréstimos elevados para um único cliente ou grupo económico.
4. Risco de degradação de crédito: perda pela queda na qualidade creditícia do tomador de crédito, emissor de um título ou contraparte de uma transação, ocasionando uma diminuição no valor de suas obrigações. Este risco pode acontecer em uma transação tipo aquisição de ações ou de títulos soberanos que podem perder valor.

5. Risco soberano: risco de perdas envolvendo transações internacionais - aquisição de títulos, operações de câmbio - quando o tomador de um empréstimo ou emissor de um título não pode honrar seu compromisso por restrições do país sede”.

Carneiro et al. (2004:9) referem que o Novo Acordo “admite duas abordagens alternativas de mensuração do risco dos ativos:

- I. A abordagem padronizada é basicamente, uma evolução da abordagem existente no acordo de 1988, sendo que agora a ponderação a ser aplicada nos diversos tipos de créditos leva em consideração a avaliação do risco de crédito realizada por entidades externas classificadoras de risco (e.g., agências de *rating*) e passa a aceitar algumas distinções entre empréstimos de curto e longo prazo e alguns resultados obtidos por técnicas de redução de risco.
- II. A abordagem baseada em classificações (*ratings*) internas de risco (*Internal Ratings Based - IRB*) é baseada na estimativa de parâmetros fundamentais definidos como componentes de risco:
 - i) Perdas esperadas (*Expected Losses - EL*); $EL = EAD \cdot PD \cdot LGD$ ou $EL = EAD \cdot LDG$
 - ii) Perdas não-esperadas (*Unexpected Losses - UL*);
 - iii) Probabilidade de incumprimento (*Probability of Default - PD*);
 - iv) Perda efetiva dado a um evento de incumprimento (*Loss Given Default - LGD*);
 - v) Valor da exposição no momento do evento de incumprimento (*Exposure at Default - EAD*);
 - vi) Prazo até o vencimento (*Maturity - M*).

A abordagem *IRB*, ainda segundo o Novo Acordo, pode ser implementada de duas formas alternativas definidas como:

1. Abordagem *IRB Foundation*, na qual alguns dos parâmetros acima citados são calculados pelas próprias entidades bancárias, enquanto outros é definida pelo órgão supervisor;
2. Abordagens *IRB Advanced*, nas quais o órgão de supervisão admite que todos os parâmetros fundamentais para definição do risco de crédito sejam calculados e definidos pelas entidades supervisionadas, a partir de seus próprios modelos internamente desenvolvidos”.

Segundo Silva (2008:9) “O risco de crédito encontra-se estritamente associado à PD dos clientes em relação ao reembolso dos créditos, originando a perda total ou parcial

destes. Este risco refere-se ainda à possibilidade de redução da capacidade creditícia e de reputação dos clientes. Os mercados financeiros penalizam a redução da capacidade de reembolso de um mutuário, quer pela via do aumento das taxas de juro, quer através da redução do valor das cotações das ações, ou ainda pela alteração da notação de *rating*. Trata-se do principal risco enfrentado pelos bancos, sendo decorrente de transações que originam direitos, contingentes ou potenciais contra uma contraparte”. O autor considera que o risco de crédito pode ser dividido em risco de incumprimento, país ou soberano e de liquidação. Define os primeiros riscos de forma semelhante a Figueiredo (2001:9-10) e o ultimo como relacionado com a probabilidade da troca efetiva de fundos ou outro ativo ser inviabilizada.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 7 “Instrumentos Financeiros Divulgação de Informações (IASB, IFRS7 2007, Apêndice A) dispõe que o risco de crédito é o “risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação, provocando deste modo uma perda financeira para o outro participante”.

2.4.3 Risco de liquidez.

É possível encontrar diversos conceitos de risco de liquidez (Figueiredo, 2001:11; Carneiro et al, 2004:6; Bernanke,2008:3; Silva,2008:26).

Figueiredo (2001:11) refere que o “Risco de liquidez: representa a possibilidade do Banco não ter condições de cumprir suas obrigações financeiras, seja por substanciais desencaixes no curto prazo, escassez de recursos ou, ainda, pela incapacidade de se desfazer, rapidamente, de uma posição, devido às condições de mercado”.

Segundo Silva (2008:26) o “risco de liquidez, poderá consubstanciar-se no risco de que as reservas e disponibilidades do banco não sejam suficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorrem, cujo desequilíbrio nos fluxos de caixa gera incapacidade de cumprir com os compromissos”.

Este tipo de risco também faz parte das recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, o qual, em Fevereiro de 2000, divulgou um novo texto com disposições para a sua correta gestão, tendo sido estabelecidos 14 princípios para adequar essa gestão pelos bancos (Carneiro et al, 2004:6).

Bernanke (2008:3) refere que a “Gestão de Risco de liquidez é mais uma lição importante dos acontecimentos recentes, as instituições financeiras devem compreender as

suas necessidades de liquidez ao nível da empresa como um todo e estar preparadas para a possibilidade de situações inesperadas. Os fracos controlos do risco de liquidez foram uma fonte comum dos problemas que muitas empresas enfrentaram. Por exemplo, a algumas funções de Tesouraria da empresa não foi dada informação de todas as linhas de negócio quer sobre as necessidades previstas do liquidez quer sobre os planos de financiamento de contingência, em parte porque os gestores das linhas de negócio individuais foram pouco incentivados a compilar e fornecer esta informação. Como é agora amplamente reconhecido, muitos planos de financiamento de contingência não foram preparados adequadamente para a possibilidade de determinadas exposições fora-do-balanço poderem ter de ser integradas no balanço da empresa. Consequentemente, as expansões inesperadas no balanço aumentaram as pressões de financiamento bem como as pressões sobre os rácios de capital. Diferentemente, as instituições melhor sucedidas trabalharam para desenvolver estratégias empresariais para a gestão do risco de liquidez que incorporavam a informação de todas as linhas de negócio. Nos casos melhores, as estratégias empresariais incluíram a consideração dos riscos de liquidez associados com os instrumentos estruturados de investimento, o que conduziu a uma participação mais limitada nestas atividades”. O principal desafio no curto prazo que a banca portuguesa tem de enfrentar relaciona – se com o risco de liquidez. Como refere Neves (2010:30), “o agravamento das condições de financiamento dos bancos dever-se-á repercutir numa maior reatividade na concessão ao sector privado não financeiro, com os resultantes efeitos na atividade económica, entende-se como liquidez a capacidade de uma instituição financeira de honrar os seus compromissos financeiros no vencimento, incorrendo em pouca ou nenhuma perda. O risco de liquidez é traduzido pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento, E está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (ativos) para cobrir as obrigações (passivos) das instituições, através deste rácio liquidez que mede a proporção de ativo líquido em relação ao passivo líquido”.

A IFRS 7 (IASB, IFRS7 2007, Apêndice A) dispõe que o risco de liquidez é o “risco de que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros”.

2.4.4 Risco de mercado.

O conceito de risco de mercado é apresentado por diversos autores. De acordo com Figueiredo (2001:10) o risco de mercado “surge como consequência do crédito, e se potencializa pela sofisticação e complexidade dos produtos financeiros oferecidos e pela diversidade e instabilidade dos mercados de atuação, o que pode levar os bancos a, em suas transações de intermediação financeira, manterem posições passivas e ativas não coincidentes, em taxas, prazos ou moedas”.

O autor (Figueiredo, 2001:10-11) apresenta a definição dos seguintes conceitos de risco incluídos no risco mercado:

- “Risco de taxa de juro: representa a possibilidade de perda financeira em função de variações das taxas de juro - flutuação das taxas de juros sobre as aplicações e captações, no mercado financeiro, em função das políticas macroeconómicas e turbulências do mercado.
- Risco de taxa de câmbio: representa a possibilidade de perda financeira em decorrência de variações na taxa de câmbio como separação em carteira indexada a alguma moeda estrangeira.
- Risco de derivativos: possibilidade de perdas devida ao uso de derivativos, para especulação, como variações no valor de posições compradas de contratos de *swaps*, títulos no mercado futuro e a termo e opções.
- Risco de ações: possibilidade de perdas em função de mudanças no valor de mercado das ações componentes de uma carteira”.

Segundo Pereira (2006:9) “o risco de mercado decorre de possibilidade de acontecerem perdas em função de movimentos desfavoráveis no mercado. É o risco de perda dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um instrumento”.

De acordo com Silva (2008:9), o risco de mercado “representa a possibilidade de perda que a empresa poderá sofrer, num determinado período de tempo, devido a movimentos aleatórios nas taxas de juro, nas taxas de câmbio, nos preços dos ativos financeiros e nas (*commodities*), e a mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades”.

A IFRS 7 (IASB, IFRS7 2007, Apêndice A) dispõe que o risco de mercado é “o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro

venham a flutuar devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juro e outros riscos de preço.

- i) Risco de moeda: O risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio.
- ii) Risco de taxa de juro: O risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.
- iii) Outros riscos de preço: O risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nos preços de mercado (que não as associadas a riscos de taxa de juro ou riscos de moeda), quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento financeiro individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos similares negociados no mercado”.

2.5 Gestão integrada do risco.

Os riscos que as instituições financeiras enfrentam mudam rapidamente, os métodos utilizados para os gerir também mudam, pelo que é previsível que as instituições financeiras incorporem progressivamente a gestão de riscos na sua organização até chegarem a uma gestão centralizada e integral. Desta forma, muitas das maiores empresas internacionais estão a instituir uma cultura de risco para a implementação com sucesso do processo de *Enterprise Risk Management* (ERM), cujo conceito é referido por vários autores (Busman et al, 1998; Chapman, 2001; COSO, 2004; Castanheira et al, 2006).

De acordo com Busman et al (1998, citado por Castanheira, 2006:58), referem que “a gestão integrada do risco é um processo dinâmico para otimizar o nível de risco que as organizações assumem em averiguar os objetivos. Mais do que se concentrar em riscos ao acaso, a abordagem integrada procura implementar processos consistentes que considerem todos os eventos que podem afetar adversamente as empresas. Este tipo de gestão, também designada por ERM constitui um novo paradigma na gestão do risco do negócio.” Segundo Chapman, (2001, citado por Castanheira, 2006:59) referem que é “um processo que resulta da estratégia da organização, objetivos, culturas, “*Risk appetite*” e recursos disponíveis, pelo que não existe uma abordagem que seja aplicável a todas as organizações. O *framework* COSO de ERM fornece as linhas de orientação para a implementação e desenho do processo de ERM em qualquer organização”. De acordo com o COSO

(2004:2-4) e Castanheira (2006:56), referem “um relacionamento direto entre os objetivos, que é aquilo que as organizações pretendem alcançar, e as componentes de gestão de risco, que representam os meios para alcançar os referidos objetivos. No que respeita aos objetivos, existem quatro categorias que podem ser ameaçados pelos riscos, concretamente os objetivos estratégicos, operacionais, reporte e conformidade. Para fornecer uma segurança razoável de que tais objetivos são alcançados, o COSO (2004) refere que a identifica oito componentes relacionados entre si que permitem um efetivo processo de gestão de risco, nomeadamente ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação do risco; mitigação dos riscos; atividades de controlo; informação e comunicação e, por fim, o acompanhamento.”

Castanheira et al (2006:60) referem que “o processo de ERM inicia-se com a identificação e priorização numa base consistente de todos os riscos enfrentados pela organização. Numa segunda fase, segue-se a avaliação e mitigação dos principais riscos, sendo que os mesmos devem ser priorizados atendendo à sua probabilidade, ao valor atual do seu impacto e à qualidade dos controlos já implementados. Por último, o passo final no processo de ERM é a monitorização contínua dos riscos, quer sejam novos ou já previamente identificados.

Em suma, o processo de ERM assume-se como uma ferramenta fundamental para assegurar com razoabilidade a concretização dos objetivos estratégicos. Não obstante, importa salientar a existência de alguns obstáculos à implementação de um processo eficaz de ERM.”

2.6 Estudos empíricos.

Na literatura, encontram-se diversos estudos sobre a temática dos Acordos de Basiléia e da Gestão do Risco. São exemplos, os estudos seguintes:

Duarte Júnior et al. (2001:15-16) procuraram analisar “a evolução da gestão dos riscos operacionais no Brasil e no mundo estabelecendo os aspetos cruciais para seu desenvolvimento nas instituições financeiras brasileiras, também estabelecendo uma base comparativa para a evolução futura do mercado financeiro brasileiro. As metodologias visando uma efetiva Gestão dos riscos operacionais. Além da pressão reguladora, sinalizada pelo Novo Acordo de Capitais do BIS, a expectativa de perdas decorrentes de falhas humanas, tecnológicas, de processos internos ou sistémicas é motivadora dessa reestruturação nas funções de Gestão de riscos”.

Figueiredo (2001:3) procurou avaliar “as vantagens de se estruturar, nas instituições financeiras, um processo de Gestão de Risco Operacional, sob dois enfoques: exigência regulamentar e necessidade de mercado.” Foram usadas as abordagens quantitativa, sobre a qual alguns bancos já estão iniciando pesquisas e que requer ainda maior aprimoramento e sofisticação das ferramentas de apoio; e qualitativa.

Barroso et al. (2004:1-2-13) procuraram de forma preliminar, “o grau de evidencição do risco operacional em bancos no Brasil à luz das recomendações do Comité da Basileia. O objetivo do trabalho foi observar como os cinco maiores bancos localizados no Brasil estão tratando a questão da evidencição do risco operacional nos seus Relatórios e Contas, à luz das recomendações do Comité da Basileia, verificando se estes estão próximos ou distantes do considerado ideal pelo Comité. A divulgação por parte dos bancos somente terá carácter obrigatório no caso do Órgão regulador local, ou Banco Central do Brasil, internalizar as recomendações do Comité, adaptando-as ao caso brasileiro, o que ainda não foi realizado. Foram analisados os Relatórios e Contas, entre os anos de 2000 e 2003, dos cinco maiores bancos localizados no Brasil. Usaram a metodologia da análise de conteúdo dos Relatórios e Contas para responderem aos itens de pesquisa formulados com base nas recomendações do Comité da Basileia e definiram dois indicadores, conforme a Percentual de Divulgação por Item de Pesquisa (PDIT), razão entre o total de respostas “sim” e o total de bancos, por item de pesquisa; e Percentual de Divulgação por Banco (PDB): razão entre o total de respostas “sim” e o total de respostas “sim” e “não” somadas, por banco. A fim de reduzir a subjetividade da pesquisa, não foi utilizada ponderação para os itens de pesquisa. Dado seu carácter preliminar, não foi utilizado instrumento estatístico para descrição e análise dos resultados.” Demonstraram que os resultados obtidos levam à conclusão de que o nível de adesão às recomendações de divulgação do NACB pelos bancos pesquisados é ainda muito baixo, ou cerca de 25% do considerado ideal pelo Comité.

Alves et al. (2004:1) investigaram se “as quatro instituições financeiras brasileiras evidenciam o conceito de risco operacional e aspetos relativos à gestão desse risco, em sintonia com princípios do Comité da Basileia.” Usaram os Relatórios e Contas de 2003 dos bancos com ações em bolsa (Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Holding Financeira S.A., e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A). Utilizaram os procedimentos da análise de conteúdo, para realizar o estudo exploratório. Verificaram que

as instituições analisadas evidenciavam o conceito de risco operacional e aspetos relativos à gestão desse risco, em sintonia com princípios do Comitê da Basileia de Supervisão Bancária contidos no *Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk*, especificamente os princípios 01 (com foco na definição de risco operacional) e 10 (evidenciação pública relativa à gestão desse risco). O trabalho também procurou contribuir para o estudo da divulgação de informações sobre gestão de riscos.

Carneiro et al. (2004:3) procuraram “calcular e analisar as estimativas dos novos requisitos de capital em conformidade com Basileia II. Para a determinação do novo capital regulamentar são considerados tanto o risco de mercado e o risco de crédito como, também, o risco operacional”. Basearam-se no grupo de 97 instituições do sistema financeiro brasileiro, estimados com os dados de Relatórios e Contas do Banco Central, em Setembro/2004. Usaram os cálculos da informação disponível do Banco Central, também estimularam as entidades supervisionadas a desenvolver e empregar melhores técnicas de gestão de risco associadas com a implantação do Novo Acordo. Evidenciaram que o estudo do capital adicional exigido para o risco operacional é apurado de acordo com a aplicação da abordagem do indicador básico, verificaram o decréscimo de 1,8 p.p. no Índice de Basileia II. O objetivo do Novo Acordo tende a ser verificado na realidade brasileira, uma vez que o nível geral de capitalização do sistema bancário tende a se manter praticamente inalterado, embora o mesmo não se verifique para as firmas bancárias individualmente analisadas. Neste contexto conduz aos incentivos importantes para que os grandes bancos salientem a sua gestão de riscos operacional e de crédito com os modelos internos de mensuração de risco preconizado pelo Novo Acordo de Basileia”.

Trapp et al. (2005:24) procuraram analisar “a avaliação e a gestão do risco operacional em uma instituição financeira nacional de grande porte.” O estudo baseou-se numa instituição financeira que foi localizada na internet. Esta instituição financeira chama-se Banco Federal de Crédito fundado em 1945. Analisaram os documentos, os registros em arquivos, as entrevistas e nas observações diretas. Usaram o estudo de caso para desenvolver o trabalho. Demonstraram que o banco investigado encontra-se no estágio intermediário na gestão do risco operacional. Contudo, estava a desenvolver as técnicas e processos tanto para se adequar às novas exigências do Acordo de capital da Basileia (Basileia II).

Brito et al. (2005:1) procuraram “o desenvolvimento do modelo de classificação de risco de crédito das grandes empresas que atuam no Brasil.” A amostra integrava empresas de capital aberto, classificadas como solventes e insolventes no período entre 1994 e 2004. Utilizaram a técnica estatística da regressão logística e um conjunto de quatro índices económico-financeiros. Demonstraram que a utilização do modelo possibilitava a previsão das ocorrências de eventos de incumprimento com um ano de antecedência. Assim, desenvolveram uma relação entre o evento de incumprimento e a situação económica e financeira das empresas, através do índice calculado a partir das demonstrações dos resultados das empresas cotadas na bolsa do Brasil. Concluíram com este modelo e com as demonstrações dos resultados forneceram informações que permitem classificar as empresas como prováveis solventes ou prováveis insolventes, com bom nível de precisão.

Soares (2006:157) procurou “desenvolver um modelo que permitisse obter indicadores sintéticos de risco de crédito associado ao sector das sociedades não financeiras, utilizando para tal a informação financeira individual anualmente apresentada pelas empresas.” Aplicou, fundamentalmente, a informação anual disponível na Central de Balanços do Banco de Portugal cobrindo os anos de 1995 a 2004. A metodologia que aplicou foi para estimar o modelo de *scoring* a partir de rácios financeiros utilizando a análise da função discriminante. Demonstrou que poderão ser melhorados e complementados em função de informação adicional que possa vir a estar disponível no futuro. Para além da incorporação de informação financeira com maior representatividade em termos de risco de crédito, também a inclusão nos modelos de variáveis de outra natureza como sejam a existência de garantias bancárias ou informação adicional sobre outras características da empresa contribuirá para melhorar a fiabilidade dos resultados.

Pereira (2006:103) procurou avaliar “os avanços nas negociações do Acordo de Capitais de Basileia II, no contexto da investigação da quebra de instituições financeiras, que fundamentam a importância da avaliação do risco operacional.” O estudo baseou-se nas entrevistas qualitativas a dirigentes e ex-dirigentes de instituições financeiras privadas e publicas no mês Dezembro de 2004. Usou a pesquisa bibliografia e uma pesquisa qualitativa. Demonstrou resultados positivos obtidos, em grande parte, pela clara percepção do setor financeiro por meio da introdução de novas metodologias de gestão de risco de crédito. A importância de maior proximidade entre capital mínimo exigido (capital regulamentar) e o capital que resulta dos riscos de crédito assumidos (capital económico).

Essa evolução não decorreu apenas pelas visíveis lacunas das regras de adequação fundos próprios de 1988, mas notadamente pelos benefícios que as metodologias que vêm sendo desenvolvidas proporcionaram ao nível eficiências e da rentabilidade para os acionistas.

Silva (2008:5) verificou as implicações e “o nível de desenvolvimento dos bancos nacionais face às exigências do Novo Acordo e, inferiu sobre as possibilidades destas virem a ser penalizadas em termos de notação de *rating* e consequente concessão de crédito às empresas.” O estudo baseou-se nas 560 empresas das várias atividades em Portugal, fornecida pela edição conjunta da revista do Semanário Económico n.º 934 e do Diário Económico n.º 3761 de 18 de Novembro de 2005 e pelas 28 instituições bancárias na listagem do *site* do Banco de Portugal em 2005. Usou questionário e aplicação do estudo de caso. Demonstrou que os bancos portugueses utilizaram, na sua maioria, o método *standard*; a dimensão e nível de sofisticação (método avançado) criam barreiras à entrada; serão segmentadas as margens em função do risco; a maior parte das despesas com Basileia II é inerente a custos com sistemas de informação; deverão existir poupanças de fundos próprios com redução de *pricing* e a atribuição de *rating* influenciará a especialização, não sendo de prever, em termos macroeconómicos, uma acentuada ciclicidade do Acordo. No caso das empresas, os resultados sugerem que existe uma adequada gestão comercial, com necessidade de reforçar a componente exportação, de modo a manter níveis de desempenho do negócio adequados. As grandes empresas apresentam uma situação mais consistente do que as pequenas e médias empresas, em termos de cumprimento dos requisitos de um adequado relacionamento com o banqueiro”.

Alves et al. (2009:6) verificaram “o nível de divulgação da gestão corporativa de bancos privados e públicos brasileiros segundo recomendações do Comité da Basileia. A amostra foi constituída por bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo em Maio de 2006 que pertenciam aos dez maiores bancos brasileiros presentes no relatório. A metodologia foi a pesquisa documental, tendo sido analisado o conteúdo das informações divulgadas nos *websites* dos bancos entre Maio e Agosto de 2006. Utilizaram o teste qui-quadrado para dar significância às análises dos dados secundários. Demonstraram que o nível de divulgação da governança corporativa foi 46,9%, sendo 47,8% para bancos privados e 45,6% para bancos públicos. O resultado do teste indicou que não foram verificadas as diferenças significativas entre a proporção de subcategorias divulgadas pelos grupos de bancos privados e públicos. Esta pesquisa também procurou aumentar o

conhecimento a respeito da divulgação das estruturas de governança corporativa de bancos que atuam no Brasil.

Leite et al. (2010:32) procuraram analisar “o estágio de desenvolvimento da gestão do risco operacional em uma instituição financeira pública que atua no Brasil.” O estudo baseou-se na análise apresentada por dezanove itens de atividades agrupadas em cinco estágios para o desenvolvimento da gestão do risco operacional: ‘base tradicional’, ‘conscientização’, ‘monitoramento’, ‘quantificação’ e ‘integração’. Usaram a metodologia descritiva, o método estudo de caso e a recolha de dados. Empregaram pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Aplicaram um questionário a gestores de risco operacional da instituição analisada. Assim demonstraram que na avaliação das atividades associadas a cada estágio previamente descrito e a atribuição de um estágio de desenvolvimento para gestão desse risco, a instituição financeira ficou entre ‘quantificação’ e ‘integração’.

Dantas et al. (2010:1) procuraram avaliar “o grau de transparência praticado pelas instituições financeiras brasileiras, tendo como referência as divulgações qualitativas e quantitativas requeridas por Basileia II para o risco de crédito.” O estudo baseou-se numa amostra constituída pelos 50 maiores bancos, em Dezembro de 2008, tendo analisado os Relatórios e Contas Trimestrais entre 2001 e 2008. Usaram a análise de conteúdo para avaliarem o nível de divulgação por parte das instituições financeiras, efetuaram uma análise das estatísticas descritivas e analisaram a evolução da média de divulgação ao longo de determinado período ou fazendo uma comparação com um determinado *benchmark* ou situação desejável. Demonstraram que o grau de evidenciação do risco de crédito tem aumentado de forma constante e lenta entre o primeiro trimestre de 2001 e o quarto de 2008, mas ainda está distante do padrão requerido por Basileia II. Embora em crescimento, o índice médio de divulgação dos requisitos de divulgação de Basileia II para o risco de crédito foi de apenas 39,04% ao final de 2008. No primeiro trimestre de 2001 era de 33,65%.

3 Metodologia.

Neste capítulo apresentamos o método inerente à definição do objeto da amostra, a recolha de informações financeiras através dos Relatórios e Contas dos cinco grandes bancos portugueses no período de 2010, bem como a metodologia de estudo de caso utilizado. Segundo Yin (2005:32), “o estudo de caso investiga um facto contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre facto e contexto não estão claramente definidos.” Este estudo analisa, em particular ao nível da gestão de risco operacional, entidades financeiras que atuam em Portugal. As instituições financeiras estão sujeitas à legislação que exige a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional. No que diz respeito à recolha de informação técnica para uso adequado do padrão de Yin (2005), “que consiste na comparação do trabalho empírico originou-se com um prognóstico base em estudos empíricos.” Os elementos da análise são apresentados através de 20 itens de atividade e agrupados em cinco estágios: base tradicional, a conscientização, monitoramento, medição, integração e algumas questões relevantes para o desenvolvimento da gestão de risco operacional, que consiste na comparação de estudos empíricos relatados pela RMA (2000), Trapp et al. (2005) e Leite et al. (2010).

A análise e a caracterização dos estágios e das atividades para desenvolvimento da gestão do risco operacional, de acordo com a RMA (2000:1-10, citada por Trapp et al.,2005:28 e Leite et al.,2010:36) assentam numa estrutura da gestão do risco operacional que segue os seguintes estágios de desenvolvimento:

- I. “Base tradicional: nesse estágio, não existe uma estrutura formal para tratamento dos riscos operacionais. Assim, considerando-se que os riscos operacionais sempre existiram, esses são administrados isoladamente por seus gestores, que dependem demasiadamente da auditoria interna para verificação de perdas. Além disso, existe total dependência da qualidade e integridade dos funcionários e acionistas.
- II. Conscientização: atingem esse estágio as organizações que desenvolvem área específica para gestão de riscos operacionais, com definições de políticas, responsabilidade e ferramentas de apoio. As ferramentas, nessa fase, normalmente incluem mapeamento dos processos com a identificação de riscos e formalização dos controles utilizados, estruturação de banco de dados com histórico de eventos de perdas, criação de indicadores de eficiência e rentabilidade.

- III. Monitoramento: depois de identificar todos os riscos operacionais, é importante entender quais suas implicações para os negócios. O enfoque, então, torna-se o acompanhamento do nível atual de risco operacional e a efetividade das funções de gerenciamento. Indicadores de risco (quantitativos e qualitativos) e metas ou limites são estabelecidos para monitoramento. As medidas de exposição ao risco são consolidadas (por meio, por exemplo, de *scorecards*). Nessa fase, as áreas de negócios percebem a importância da gestão do risco operacional e destinam funcionários para analisarem e monitorarem os processos e atividades.
- IV. Quantificação: nesse estágio, a instituição já possui uma melhor compreensão da sua situação de exposição ao risco operacional, assim já consegue focar-se na quantificação dos riscos e prever acontecimentos futuros. Para tanto, são utilizadas ferramentas mais analíticas, baseadas em dados reais, uma vez que o banco de dados de eventos de perdas, iniciado no estágio II, agora tem informações suficientes. Integração: o valor agregado pela gestão do risco operacional é plenamente reconhecido pelas áreas de negócios, que já se preocupam com a integração completa da quantificação de todos os riscos da organização, não apenas os operacionais. A quantificação, também, é aplicada na definição do planejamento estratégico e na melhoria da qualidade dos processos”.
- V. As questões relevantes: são algumas questões relevantes ao nível das instituições financeiras na área da notação do risco, relacionadas com a situação específica da banca portuguesa.

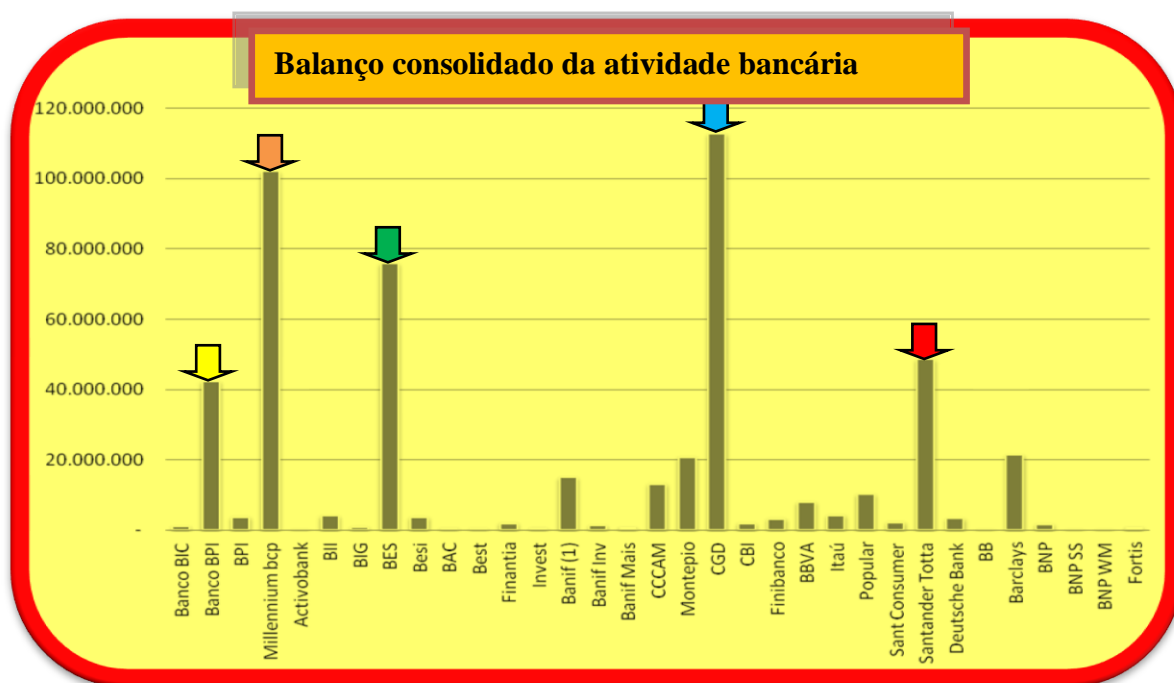
Segundo Trapp et al. (2005:28) a “segregação da gestão do risco operacional nessas cinco fases permite às instituições financeiras, desenvolverem a estrutura de gestão do risco operacional conforme preconiza o Comité de Basileia.” Para permitir a análise e caracterização, as atividades foram classificadas como: “concluído;” “Em desenvolvimento;” “a iniciar” conforme a situação encontrada para cada uma delas.

Os dados foram obtidos a partir dos Relatórios e Contas de cada uma das instituições financeiras em estudo. Estas classificações baseiam-se em Trapp et al. (2005) e Leite et al. (2010).

3.1 Seleção da amostra.

O universo do sistema financeiro português é constituído pelas instituições financeiras. De acordo com a A.P.B 2011, “existem 36 instituições financeiras em Portugal que integram o grupo de 26 associadas, uma excelente amostra do sistema bancário português na medida que no seu conjunto apresentavam, no final de 2010, um ativo correspondente a cerca 95% de todo o ativo consolidado de atividade bancária em Portugal.” Assim, seleccionamos uma amostra constituída pelos cinco bancos portugueses com maior volume dos ativos totais. O critério adotado justifica-se pelo fato de acreditarmos que os maiores bancos deverão ser aqueles que estarão numa fase mais avançada do processo de gestão do risco. Os bancos integrantes da amostra foram identificados através do “ Balanço consolidado da atividade bancaria” divulgado pela A.B.P. (2011) (Gráfico 1). Todos os bancos considerados integram um grupo económico.

Gráfico 1: BALANÇO CONSOLIDADO DA ATIVIDADE BANCÁRIA



Fonte A.B.P (2011).

Verifica-se, assim, que os cinco maiores bancos portugueses, por ordem decrescente, são: Caixa Geral de Depósitos (CGD), Banco Comercial Português (BCP), Banco Espírito Santo (BES), Banco Santander Totta (BST), Banco Português Investimento (BPI).

3.1.1 Caracterização dos bancos portugueses que integram a amostra.

A caracterização dos bancos portugueses que integram a amostra foi efetuada a partir da informação incluída nos respetivos Relatórios e Contas. Em relação a cada banco, apresentamos uma síntese do seu histórico, cultura e valores sociais desenvolvidos, situação atual, perspetivas futuras atuais e uma avaliação da estrutura de gestão do risco operacional.

3.1.1.1 Caixa Geral de Depósitos (CGD).

SÍNTESE HISTÓRICA.

Trata-se de uma instituição com uma longa história. O quadro 2 apresenta algumas das datas que cremos serem particularmente relevantes.

Quadro 2: HISTÓRICO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.

| DATAS | ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS |
|--------------|--|
| 1876 | Fundação. |
| 1969 | Passagem de “serviço pública” a “empresa pública.” |
| 1975 | Início do processo de internacionalização. |
| 1988 | Criação do grupo caixa. |
| 2004 | Aquisição da seguradora império bonança pela CGD. |
| 2008 | Constituição da <i>parcaixa</i> . |
| 2010 | O grupo CGD passa a deter a maioria da <i>parcaixa</i> . |

Fonte: Adaptada CGD (2010:19-20).

O grupo CGD inclui entidades dos sectores: bancário, segurador, saúde, entre outros.

CULTURA E VALORES SOCIAIS.

Em termos de cultura e valores a CGD, talvez pelo papel que desempenha no sistema financeiro, procura contribuir para o desenvolvimento sustentável, o “bem-estar social, educacional cultural e ambiental, com o objetivo ultimo de melhoria das condições de vida da população”. E ainda, desenvolver ações de promoção da cultura e das relações internacionais, particularmente, com países de expressão portuguesas.

SITUAÇÃO ATUAL.

No final de 2010, a rede comercial do Grupo CGD abrangia um grande número de agências distribuídas por quatro continentes: Europa (Portugal – 870; Espanha – 214;

França – 48; Reino Unido – 1; Luxemburgo – 3; Bélgica - 1; Suíça – 2); América (Estado Unidos – 1; México – 1; Venezuela – 2; Ilhas Caimão – 1; Brasil – 2), África (Cabo Verde – 52; São Tomé e Príncipe – 4; Moçambique – 95; África do sul – 15; Angola – 21) e Ásia (China – 2; China \ Macau - 17; Timor Leste - 8; Índia – 2). Assim constata-se que, embora com muito maior implementação na Europa, o grupo está presente em vários países de três outros continentes (CGD, 2010:26).

Em conformidade com o Relatório e Contas (CGD, 2010:11- 12), “o desempenho global da CGD pode considerar-se muito positivo, destacando-se desde logo o significativo aumento da situação líquida, demonstrativo de criação de valor. O Grupo CGD apresentou um resultado líquido consolidado de 251 milhões de euros, o que representou uma quebra de 10% face ao ano anterior, afetado sobretudo pela diminuição da margem financeira e pela necessidade do reconhecimento de imparidade de títulos”. São de salientar os seguintes aspetos relativos a indicadores de desempenho da instituição:

- “Os capitais próprios aumentam de 7 157 milhões de euros no final de em 2009, para 7 840 milhões de euros; o rácio de solvabilidade situa-se em 12,3%, o TIER 1 em 8,9%, o CORE TIER 1 em 8,8%;
- A taxa de transformação de recursos em crédito mantém-se em valores próximos dos 121%;
- O ativo líquido aumenta 4%, atingindo os 126 mil milhões de euros;
- O crédito aos clientes atinge 84,5 mil milhões de euros e os recursos de balanço captados de clientes (de retalho) ascendem a 67,7 mil milhões de euros, com os recursos totais, excluindo investidores institucionais, a atingir 84,2 milhões de euros;
- As comissões líquidas progrediram 12,2%, atingindo 502,3 milhões de euros;
- O rácio de crédito vencido aumenta de 2,87% para 2,93%, crescimento pouco expressivo, e abaixo da média do sector, tendo em conta a situação de crise com que empresas e famílias se têm debatido, o que traduz políticas rigorosas de gestão de risco” (CGD, 2010:12).

PERSPETIVAS FUTURAS.

Em termos das perspetivas futuras, o Grupo pretende “consolidar-se como um Grupo estruturante do Sistema Financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para o desenvolvimento económico; o reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas Portuguesas;

a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional Enquanto líder do mercado, o Grupo CGD devem procurar uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos”. O grupo CGD é afetado pelo nível da atividade económica e pela capacidade de financiamento. Ao nível da atividade económica, embora se verifique um decréscimo do investimento público, a contração foi mais notória em relação ao investimento em máquinas, equipamento e em construção. Mas, por outro lado, verificou-se um crescimento da economia angolana na ordem dos 7,1%. Os dados são muito positivos e são reforçados pela forte previsão de crescimento dos sectores não petrolíferos.

Ao nível de financiamento prevê-se o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL.

“A gestão do risco operacional no Grupo CGD tem como base uma visão por processos (end-to-end) e encontra-se suportada num conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas: os princípios e abordagens de gestão do risco operacional com origem no Comité de Basileia; as metodologias do controlo internos propostas pelo COSO (*Comité of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e definidas no âmbito do *CobiT (Control Objectives for Information and related Technology)*; abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

Em termos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Banco de Portugal aprovou em 2009 a adoção pelo Grupo CGD, em base consolidada, do método *standard*, abrangendo também, em base individual, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa Banco de Investimento e a Caixa Leasing e Factoring. A aplicação do método *standard* encontra-se ainda formalmente aprovada pelas respetivas entidades de Supervisão no Banco Caixa Geral (Espanha) e no *Mercantile* (Africa do Sul). Nas restantes instituições do Grupo no exterior o apuramento dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, em base individual, e determinado de acordo com o método do indicador básico. Da aplicação do método *standard* decorrem, a 31.12.2010 e em base consolidada, requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional de 338 milhões de euros.” (CGD, 2010:156).

“No nível organizacional, da gestão do risco operacional na CGD é assegurada pelas seguintes estruturas e funções com responsabilidades específicas neste processo:

- Comité de Gestão do Risco Operacional e Controlo Interno, responsável por verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco operacional e controlo interno, monitorizar a sua gestão no Grupo e avaliar / propor planos de Ação;
- Área dedicada exclusivamente a gestão do risco operacional e controlo interno, responsável por desenvolver e implementar a estratégia e as políticas, assegurar que o risco operacional está a ser gerido adequadamente e que os controlos estão a funcionar de forma eficaz, articulando-se com os demais Departamentos, Sucursais e Filiais de forma a assegurar a harmonização de práticas ao nível das entidades do Grupo;
- Donos de Processos (*Process Owners*) aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e o controlo internos nos respetivos âmbitos de intervenção;

São ainda intervenientes, com especial destaque, o Conselho de Administração (aprovar a estratégia/políticas e garantir a sua implementação), a Direção de Consultoria e Organização (Gestão de processos), o Gabinete de Suporte à Função *Compliance* (Gestão do risco de *Compliance*), a Direção de Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira (Cálculo dos requisitos de fundos próprios), a Função específica de controlo interno para os sistemas de informação (suportada na metodologia *Cobit*) e a Direção de Auditoria Interna (Testes aos controlos e revisão do processo de gestão).” (CDG, 2010:156-157).

“A metodologia adotada pelo Grupo para a gestão do risco operacional encontra-se integrada com a avaliação do sistema de controlo interno, podendo ser caracterizada através das seguintes componentes distribuídas pelas 4 fases do ciclo de gestão do risco:

1. Identificação

- Catálogo de Processos de Grupo;
- Documentação das atividades dos riscos operacionais e os potenciais das atividades de controlo e mitigantes;
- Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações, Incluindo *near-misses*, reforçada e suportada por procedimentos de controlo e ações

de comunicação/dinamização que contribuem para garantir a integralidade da base de dados.

2. Avaliação

- Questionários de autoavaliação dos riscos operacionais e potenciais, desenvolvidos numa lógica de processo e dirigidos aos responsáveis e executantes das atividades;
- Testes aos controlos para avaliação do respetivo desenho, implementação e operacionalidade;
- Mensuração do consumo de capitais próprios.

3. Monitorização

- Indicadores de risco;
- Divulgação de informação relativa ao risco operacional, com origem nas várias componentes da metodologia, aos diversos intervenientes na sua gestão.

4. Mitigação

- Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de ação como corolário das restantes componentes da metodologia.” (CGD, 2010:157-158)

“A CGD iniciou a implementação desta metodologia em 2007 e, em 2008, procedeu ao lançamento de um programa de expansão às Filiais. Atualmente o processo encontra-se concluído ou em curso em várias entidades do grupo, existindo o compromisso de concluir a expansão da metodologia em todas as instituições do Grupo, sujeitas a supervisão do Banco de Portugal em base consolidada, até final de 2011.” (CGD, 2010:158)

“A informação sobre o risco operacional recolhida na base de dados de perdas, tomando como referencia os eventos ocorridos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e ilustrada na distribuição de perdas por tipo de risco no Grupo CGD é o seguinte:

Execução, entrega e gestão de processos: 25.7%; Perturbações na atividade e falhas nos sistemas: 3.3%; Danos em ativos tangíveis: 0.6%; Clientes, produtos e práticas de negócio: 6.3%; Fraude externa: 56.9%; Fraude interna: 7.2%; Políticas de recursos humanos e segurança no local de trabalho: 0.1%.

Para além da referida metodologia de gestão do risco operacional, e tendo como objetivo garantir o funcionamento contínuo da atividade, a CGD implementou uma Estratégia Global para a Continuidade do seu Negócio, assente em dois pilares fundamentais: continuidade operacional e recuperação tecnológica. Esta visão global

implementada pela CGD, mais exigente e abrangente, incluindo pessoas e processos críticos para a atividade da Instituição, esta condizente com as Recomendações sobre Gestão de Continuidade de Negócio no Sector Financeiro, aprovadas pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros em 9 de Setembro de 2010.

A Estratégia Global para a Continuidade de Negócio adotada, assente numa abordagem integrada de gestão de crises e de fortalecimento da capacidade de resposta a situações de perturbação da atividade, para além de abranger a CGD, integra, também, outras Empresas do Grupo CGD.”CGD (2010:159).

O Grupo acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da alteração regulamentar denominada Basileia III e participou ativamente nas consultas públicas sobre a matéria. Adicionalmente elaborou estudos internos para o apuramento dos impactos das propostas conhecidas no sentido de identificar medidas e estratégias para dar resposta ao cumprimento dos novos requisitos regulamentares” (CGD, 2010:31).

3.1.1.2 Banco Comercial Português (BCP).

SÍNTESE HISTÓRICA

O Banco Comercial Português celebrou, em 2010, o seu 25º aniversário desde a sua fundação. A sua vida até ao presente representa uma história de sucesso ao longo deste quarto de século, na qual se tornou no maior banco privado em Portugal. O quadro 3 apresenta algumas das datas mais relevantes do seu percurso.

Quadro 3: HISTÓRICO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

| DATAS | ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS |
|-------|---|
| 1985 | Fundação. |
| 1995 | Aquisição do Banco Português Atlântico (BPA) pelo BCP |
| 2000 | Aquisição do Banco Mello e o Banco Pinto & Sottomayor pelo BCP |
| 2005 | Inicia o processo internacionalização. |
| 2010 | Transformação das sucursais em <i>offshore</i> e em <i>on-shore</i> . |

Fonte: Adaptado BCP (2010:17).

CULTURA E VALORES

Em termos de cultura e valores o grupo BCP propõe-se “desenvolver os programas e ações para com os Colaboradores, criar as condições para fortalecer os valores, a cultura e

os princípios do grupo BCP, promovendo a motivação individual e uma maior proximidade e comunicação com os Clientes. A Rede Autónoma de Microcrédito do grupo BCP celebrou também, em 2010, cinco anos de atividade e continuou a assumir uma postura inovadora na forma de relacionamento com os Empreendedores e no apoio a projetos empresariais de valor acrescentado, difundindo informação desta solução financeira a um maior número de potenciais interessados. Como corolário do trabalho desenvolvido pela operação de Microcrédito, foram concedidos, em 2010, financiamentos no valor total de 2,2 milhões, elevando a sua contribuição para criação de postos de trabalho para 3.195, desde o lançamento do Microcrédito, evidenciando mais uma vez o compromisso de responsabilidade social do Banco. Para além de Portugal, foram ainda dinamizadas, nas diversas geografias em que o Grupo opera, iniciativas de apoio à educação, cultura e solidariedade social, que contribuíram para uma melhor qualidade de vida das populações envolvidas.” (BCP, 2010:12)

SITUAÇÃO ATUAL

“Em 2010, o Millennium BCP continuou a promover uma gestão criteriosa dos ativos e passivos de modo a, por um lado, minimizar o efeito da alteração das referidas condições e fluxos de financiamento no abrandamento dos volumes de negócio e, por outro, manter sob controlo rigoroso a evolução do gap comercial, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional tendo, deste modo, preservado globalmente a sua estrutura de balanço, não obstante a necessária adequação às condições prevalecentes, designadamente ao nível do ativo com uma ligeira contração no crédito concedido a clientes e com o reforço da carteira de ativos financeiros, em especial por via de Bilhetes do Tesouro e de outros títulos de emissores públicos, tendo em vista a sua eventual utilização como colateral em operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais.

- O ativo total atingiu 100.010 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, que compara com os 95.550 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2009.
- O crédito a clientes, em base comparável, que representava 76% do ativo total, cifrou-se em 76.411 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, registando uma contração face a 31 de Dezembro de 2009 (76.935 milhões de euros).
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que ascenderam a 6.745 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010 (2.027 milhões de euros no final de 2009)

- O passivo evidenciou um aumento de 5,0%, situando-se nos 92.762 milhões de euros no final de Dezembro de 2010 (88.330 milhões de euros no final de 2009).” (BCP, 2010:88-89)

“Dispondo da maior rede de sucursais em Portugal e de uma rede crescente nos países onde opera, o Banco oferece ainda canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e pela Internet), que funcionam também como pontos de distribuição dos seus produtos e serviços financeiros. A rede comercial do BCP estende-se por vários países dos cinco continentes: Europa (Portugal – 892; Polónia - 458; Suíça - 1; Grécia - 155; Roménia 74; Turquia - 18; Alemanha - 2; Suíça - 3; Luxemburgo; França; Espanha); África (Moçambique – 125; Angola – 39); América (EUA – 17, Canadá); Ásia (Macau – 1), Oceânia (Austrália). No entanto, tem muito maior implementação na Europa. BCP (2010:20)

PERSPETIVAS FUTURAS

“O Millennium BCP reúne condições para construir o futuro, tendo definido uma nova Visão Estratégica para o período de 2011-2013, denominada de “Rendibilidade e Enfoque”. O Banco elegeu como principal objetivo a “Rendibilidade” da operação em Portugal, nos vários segmentos de negócio, apoiada por um esforço sustentado de contenção de custos, controlo do risco, eficiência, inovação e serviço ao cliente. A estratégia de “Enfoque “e afinidade nas operações internacionais reflete-se no enfoque nos mercados europeus que assegurem uma presença competitiva e uma posição significativa no médio e longo prazo e na aposta em mercados com afinidade. De acordo com a sua estratégia de continuar a investir em mercados com afinidade”. BCP (2010:18)

AValiação da Estrutura de Risco Operacional

O risco operacional no grupo BCP “materializa-se por via das perdas resultantes de falhas ou da inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou, ainda, pela ocorrência de eventos externos. Para a gestão e controlo deste tipo de risco, o Grupo tem vindo a adotar, de forma crescente e muito relevante, um conjunto de princípios, práticas e mecanismos de controlo claramente definidos, documentados e implementados, de que são exemplos, a segregação de funções; as linhas de responsabilidade e respetivas autorizações; a definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos; os códigos deontológicos e de conduta; os indicadores-chave de risco (*key risk indicators* - KRI); os controlos de acessos, físicos e lógicos; as atividades de reconciliação; os relatórios de

exceção; os planos de contingência; a contratação de seguros; a formação interna sobre processos, produtos e sistemas. Assim, visando-se uma cada vez maior eficiência na identificação, avaliação, controlo e mitigação das exposições ao risco, o Grupo tem vindo, desde 2006, a reforçar o seu sistema de gestão do risco operacional e a alargar a sua abrangência às principais operações no exterior. A adoção de uma aplicação de suporte comum a todas as subsidiárias e o acompanhamento por parte do *Risk Office* do Grupo asseguram um elevado nível de uniformidade na gestão do risco entre as várias operações, muito embora se registem estágios de evolução diferenciados, atendendo à implementação faseada do referido sistema de gestão e às prioridades atribuídas em função da materialidade das exposições.

O reconhecimento da política de gestão e controlo de risco operacional delineada resultou na aprovação do Banco de Portugal relativa à utilização do Método Standard (TSA) para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco operacional. Esta aprovação foi concedida com efeitos a partir de Março de 2009 (inclusive) ao Grupo, em base consolidada, abrangendo também, em base individual, os Bancos sediados em Portugal.

Em consonância com a evolução futura do *framework* de gestão do risco operacional, o Grupo ambiciona vir a adotar o Método de Medição Avançada (AMA), cujos requisitos regulamentares são, na sua maioria, comuns aos do método *Standard*.

Em 2010, destacam-se as seguintes concretizações no âmbito da gestão do risco operacional, a consolidação da base de dados de eventos de perda operacional nas principais operações do Grupo; a realização de novos exercícios de autoavaliação de riscos em Portugal, na Polónia e na Grécia e o lançamento deste instrumento de gestão do risco na Roménia e em Moçambique; a utilização progressiva de indicadores de risco (KRI) na monitorização preventiva dos riscos de processos de Portugal, Polónia, Grécia e Roménia; a Incorporação mais efetiva da informação proporcionada pelos instrumentos de gestão do risco na identificação de ações de melhoria sobre os processos.

Na estrutura de gestão do risco operacional o grupo BCP assenta numa estrutura de processos *end-to-end*, definida para todas as subsidiárias do Grupo, beneficiando-se, dessa forma, de uma perceção mais abrangente dos riscos, decorrente de uma visão integrada das atividades desenvolvidas ao longo da cadeia de atividades de cada processo. O conjunto dos processos definidos para cada entidade é dinâmico, sendo ajustado e diferenciado em

função das práticas operacionais e de negócio de cada uma, por forma a cobrir todas as atividades relevantes desenvolvidas. A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *process owners* que têm por missão: a Caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos; a Realizar a autoavaliação dos riscos (*risks self-assessment* - RSA); a Identificar e implementar as ações adequadas para mitigar exposições ao risco, contribuindo para o reforço do ambiente de controlo interno e a Monitorizar os indicadores de risco (KRI).

Em Portugal, os *process owners* são designados pelo Comité de Acompanhamento de Processos (CAP), com base no reconhecimento dos seus conhecimentos e experiência no âmbito das atividades dos processos de que são responsáveis, cabendo também a este órgão a responsabilidade por aprovarem a definição dos *dossiers* de processo; a instituição de novos processos, definindo, caso a caso, a necessidade da respetiva certificação ISO9001 e identificando os processos que, fora da certificação, devam ter medição de desempenho (*key performance indicators* - KPI); Alinhar as práticas da gestão por processos com a realidade das unidades de estrutura intervenientes nos mesmos; Assegurar a produção, manutenção e divulgação interna de documentação e informação sobre a gestão por processos e aprovar as alterações a processos já instituídos, bem como o desenho dos novos processos.” (BCP, 2010:191-192)

“As perdas operacionais são identificadas e registadas, são uma responsabilidade de todos os colaboradores, cabendo aos *process owners* um papel relevante na dinamização da captura de dados sobre as perdas verificadas no âmbito dos seus processos. O *Risk Office* também procede à identificação e registo de perdas operacionais, a partir da análise de dados oriundos de áreas centrais. O principal objetivo da captura de dados relativos a eventos de perda operacional é o de reforçar a consciencialização para este tipo de risco e facultar, aos *process owners*, informação relevante que devem incorporar na gestão dos seus processos. Para além disso, a base de dados de perdas operacionais é também um importante instrumento para, no futuro, vir a suportar o cálculo das necessidades de capital regulamentar. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para *backtesting* dos resultados dos RSA, possibilitando assim a aferição das classificações atribuídas a cada processo, relativamente às vinte sub-tipologias de risco operacional (Anexo 2). “As perdas operacionais identificadas são relacionadas com um dado processo e registadas na aplicação de gestão do risco operacional do Grupo, sendo caracterizadas

pelos respetivos *process owners e process managers*. A caracterização completa de uma perda operacional inclui, para além da descrição da respetiva causa-efeito, a sua valorização e, quando aplicável, a descrição da ação de mitigação identificada.” Em 2010, a distribuição do valor das perdas por risco operacional foi a seguinte: riscos externos - 31,3%; riscos processuais - 41,1%; riscos organizacionais - 14,1%; riscos IT - 1,3%; riscos pessoas - 12,2% (BCP, 2010:193).

A consolidação do processo de captura de perdas operacionais nas várias subsidiárias do Grupo é evidenciada pela evolução dos respetivos registos na base de dados, sendo a uniformidade de critérios assegurada pela análise da informação por parte do *Risk Officer* do Grupo, que promove a disseminação de informação sobre a mitigação de eventos por todas as geografias de atividade do Grupo. Adicionalmente são também conduzidos processos que visam a reconciliação da informação de perdas registadas com elementos contabilísticos.

Nas diversas operações do Grupo foram já identificados cerca de duzentos indicadores, os quais estão caracterizados numa “biblioteca” de KRI, através da qual as várias entidades do Grupo partilham informação. Este instrumento de gestão é utilizado plenamente na subsidiária da Roménia (experiência-piloto), sendo os indicadores implementados monitorizados com regularidade, servindo para antecipar a necessidade de lançar medidas corretivas para prevenção de riscos potenciais nos processos.

Em 2010, os KRI começaram também a ser utilizados de forma sistemática para a prevenção de riscos potenciais num conjunto de processos relevantes em Portugal, na Polónia e na Grécia. Nestas operações, a identificação de KRI está a decorrer de forma progressiva e será alargada a novos processos em função do nível de exposição dos mesmos.

A métrica do cálculo de capital económico relativo ao risco operacional é a mesma que se utiliza para o capital regulamentar relativo a este tipo de risco (ponderadores definidos regulamentarmente por linha de negócio, aplicados sobre o indicador relevante, isto é, o resultado bruto), considerando-se que o montante assim calculado corresponde à perda operacional máxima, com um nível de confiança de 99,90%. Assim, para obtenção do valor de capital económico para risco operacional, o valor de capital regulamentar é ajustado (escalado) para um nível de confiança 99,94%, que corresponde ao patamar definido no âmbito do ICAAP.

Em Dezembro de 2010, o capital económico associado ao risco operacional correspondia a 8,4% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz num decréscimo de 0,3 p.p. neste peso face a Dezembro de 2009” (BCP, 2010:191-195).

3.1.1.3 Banco Espírito Santo (BES).

SÍNTESE HISTÓRICA

O BES é, também, uma das instituições com uma longa história, desde as suas origens e sempre ligado ao nome do seu fundador, José Maria Silva do Espírito Santo. O quadro 4 apresenta algumas das datas mais marcantes da história do BES.

Quadro 4: HISTÓRICO DO BANCO ESPÍRITO SANTO.

| DATAS | ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS |
|-------|--|
| 1869 | Fundação. |
| 1930 | Assume a liderança da banca privada. |
| 1970 | Início do processo de internacionalização |
| 1975 | Criação do grupo do BES |
| 1986 | Início do processo de privatizações. |
| 2000 | Consolidação da Expansão internacional. |
| 2009 | Constituição da “Avistar” (<i>holding</i>) |

Fonte: BES (2010:10-11).

O BES inclui várias participações estratégicas em Portugal e no estrangeiro. Por áreas de negócio são considerados os seguintes segmentos operacionais: Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; Banca Comercial Internacional; Banca de Investimento; Gestão de Ativos; Mercados e Participações Estratégicas; Centro Corporativo, sociedades de locação financeira e entre outras.

CULTURA E VALORES

“A combinação entre a cultura e os valores no grupo BES é baseada nas atividades de instituições que promovem o progresso cultural do País e o acesso ao património cultural português. Os valores do grupo BES são baseados na Permanência, a Solidez e a Portugalidade, no conhecimento destes valores pelos consumidores há mais 140 anos, no

mercado dos serviços financeiros e apoiado numa tradição em que a confiança e a credibilidade dos clientes, dos colaboradores e dos acionistas foram sempre a prioridade do grupo (BES, 2010:15).”

SITUAÇÃO ATUAL

Perante as condições financeiras provocadas pelo aumento do risco soberano e pela evolução desfavorável da procura interna, o Grupo BES revelou uma vez mais a sua capacidade de resistência aos ciclos de crise económica aproveitando mesmo as escassas oportunidades para gerar valor para os seus *stakeholders*. Neste contexto, é de salientar relativamente ao exercício de 2010:

- Os ativos totais mantiveram-se praticamente ao nível do ano anterior (-0,9%) ascendendo a cerca de 105,5 mil milhões;
- O resultado líquido atingiu 510,5 milhões de euros (redução de 2,2%);
- A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) elevou-se a 8,6% (2009: 10,0%);
- Os depósitos de clientes aumentaram 21,1% enquanto o crédito a clientes registou um crescimento de 3,3%;
- Os níveis de solvabilidade continuam a evidenciar a solidez do Grupo: *Core Tier I* de 7,9%, *Tier I* de 8,8% e rácio total a situar-se em 11,3%;
- Definição e execução de um programa de alavancagem que permitiu reduzir o rácio crédito/ depósitos de 192% em 31 de Dezembro de 2009 para 165%;
- Gestão prudente de liquidez mantendo controlada a dependência de financiamentos do BCE;
- Os níveis de eficiência, medida através do *Cost to Income* (48,6%) que, apesar de registar um agravamento, manteve-se abaixo dos 50%.

O Grupo BES passou a estar presente na Líbia, através do *Aman Bank*, mas também na Índia através de uma participação de 50,1% no *Execution Noble*, um reconhecido grupo de banca de investimento e de corretagem internacional com sede em Londres, focado na cobertura de grandes e médias empresas pan-europeias. Foi ainda autorizada pelas autoridades a abertura de um escritório de representação no México e, no final do mês de Outubro, o Banco Espírito Santo obteve autorização formal das autoridades locais para abrir uma Sucursal na Venezuela, país onde está presente há 17 anos através de um escritório de representação.

Na Argélia, e depois do Banco de Portugal ter autorizado a constituição de uma empresa de *leasing*, o Grupo aguarda a autorização das entidades regulamentares argelinas.

A abertura da sucursal de Hong-Kong, que também já foi autorizada pelo Banco de Portugal, aguarda autorização das autoridades locais. O Grupo BES está presente em 23 países, desenvolvendo a atividade internacional a partir de: Subsidiárias e Associadas: BES Angola, BES Oriente (Macau), BES *Vénétie* (França), ES *Bank* (EUA), ES plc (Irlanda), BES Cabo Verde, Aman Bank (Líbia), ES Investment (Angola, Brasil, China, Espanha, EUA, Índia, Polónia, Reino Unido), Moza Banco (Moçambique); Sucursais Internacionais: Caracas (Venezuela), Espanha, Nova Iorque, Londres, Cabo Verde, Nassau e Ilhas Caimão; Sucursal Financeira Exterior: Madeira; Escritórios de Representação: Toronto, São Paulo, Lausana, Colónia, Milão, Joanesburgo, Xangai e México; Escritórios de Remessas em Newark (EUA).

PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas de futuro pareciam ser mais favoráveis à atividade económica, o que levou “a algumas preocupações sobre futuras pressões inflacionistas, devido à política monetária expansionista. Apesar de uma situação sólida ao nível da solvabilidade, os Bancos portugueses passaram a enfrentar um ambiente externo adverso no acesso à liquidez, forçando um maior recurso às operações de cedência de liquidez do BCE e obrigando a um ajustamento das condições de financiamento da atividade económica interna, no sentido de um aumento da sua reestruturabilidade” (BES, 2010:35-39). O Grupo considera que “uma sólida e estável gestão favoreceu o desenvolvimento de uma estratégia consistente e orientada por uma visão de longo prazo, assente nas parcerias estratégicas, nas relações duradouras com os vários *stakeholders* e uma estrutura acionista de referência desde a privatização do Banco em 1991” (BES, 2010:21).

AValiação da Estrutura de Gestão de Risco Operacional

“A função de Gestão de Risco identifica, avalia, acompanha e controla todos os riscos materialmente relevantes a que cada instituição do Grupo BES se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham a níveis adequados e, dessa forma, não afetem a situação patrimonial do Grupo.

Na área da gestão de Risco Operacional tem como principais responsabilidades:

- A definição de metodologias e coordenação do cálculo das regras de requisitos de capital de acordo com o Método Standard;
- Assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação das principais fontes de risco, através de exercícios de autoavaliação, reuniões com os Representantes de Risco Operacional, análises críticas aos eventos reportados e a outras informações disponíveis sobre processos, nomeadamente, auditorias realizadas ou reclamações;
- Monitorizar e analisar o risco através dos Indicadores chave de risco (MAR) e da informação disponível na base de dados de eventos de risco operacional;
- Identificar e acompanhar a implementação de ações ou medidas de mitigação de risco;
- Reportar a informação relevante aos vários níveis hierárquicos”. BES (2010:57)

“A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

O modelo de gestão de risco operacional encontra-se suportado por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, em estreita articulação e com a participação ativa dos seguintes elementos:

- Representantes de Risco Operacional dos departamentos, sucursais e subsidiários integrados no perímetro da gestão do risco operacional. Aos quais compete assegurar, nas suas unidades, a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional, em estreita articulação com a área de Risco Operacional;

- Departamento de *Compliance*, nomeadamente a Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das ações de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;

- O Departamento de Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das ações de melhoria necessárias;

- Gabinete de Coordenação de Segurança, pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

O ano de 2010 reflete a consolidação do modelo preconizado nos anos anteriores, sendo fundamental salientar as seguintes realizações com impacto positivo na eficácia da gestão do risco:

- Implementação da primeira fase da nova aplicação informática de gestão do Risco Operacional, denominada de AGIRO, que permite uma maior eficiência na recolha e completa caracterização de eventos de risco. A referida aplicação encontra-se disponível na intranet das várias entidades integradas na gestão do risco operacional, permitindo a descentralização da captura dos eventos, e a adequada segregação de funções, na validação e classificação regulamentar das referidas situações;

- Conclusão do exercício de autoavaliação realizado, no ano transato, sendo o suporte para a definição do perfil de risco da instituição. Não obstante, no último trimestre, despoletou-se um novo exercício para as entidades não englobadas no anterior, permitindo em conjunto com outras informações, definir o perfil de risco do Grupo BES;

- Identificação de novos Indicadores Chave de Risco (KRI), de acordo com as categorias de risco caracterizadas pelo Banco de Portugal, no Modelo de Avaliação dos Riscos (MAR), e dinamização das ações conducentes à sua implementação no BES e sucursais;

- Dinamização do tema Risco Operacional em várias subsidiárias e sucursais, destacando-se as ações relativas à identificação e monitorização do risco, nomeadamente através da recolha de eventos, identificação de medidas de mitigação, e implementação de processos de controlo de registo de eventos;

- Criação de um fórum específico para acompanhar o Risco de Sistemas de Informação, denominado de Comité de Risco de IT, *sponsorizado* pela Espírito Santo Informática (ESI), com participação obrigatório de representantes das funções de risco.

Como corolário do esforço realizado ao longo dos últimos anos, a Espírito Santo Informática (ESI), organização responsável pelos serviços de informática do Grupo BES, obteve a certificação CMMI nível 3 fornecida pelo *Software Engineering Institute* dos EUA, no início do ano de 2011, sendo primeira organização informática de uma instituição financeira em Portugal a obtê-la. Os processos certificados são o desenvolvimento aplicacional, a manutenção evolutiva e a manutenção corretiva. A certificação abrange,

entre outras, as áreas de gestão de projetos, de requisitos, engenharia e testes, gestão de processos e suporte, permitindo assim a redução do risco, através de um controlo mais efetivo sobre os respetivos processos. Os eventos classificados como Interrupção do Negócio e Falhas de Sistemas, representando 18% dos eventos reportados, respeitam na sua generalidade a indisponibilidades momentâneas dos sistemas informáticas.” (BES, 2010:67) O BES divulga a distribuição dos eventos por tipologias de risco operacional e respetiva severidade e frequência (Anexo 3).

Nestes Relatórios e Contas o Grupo BES, ainda, não se pronuncia sobre o Acordo de Basileia III.

3.1.1.4 Banco Santander Totta (BST).

SÍNTESE HISTÓRICA

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários e seguradoras no País e no estrangeiro.

A História do grupo Santander *Totta*, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BST”), inicia-se com a denominada de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP). O seguinte quadro 5 apresenta algumas das datas mais importante da vida do Banco.

Quadro 5: HISTÓRICO DO BANCO SANTANDER TOTTA

| DATAS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS | |
|---------------------------------|---|
| 1864 | Fundação CPP. |
| 1975 | Nacionalizado |
| 1990 | Transformado em Sociedade anonima de capitais publico. |
| 2000 | Criação do grupo do BST |
| 2004 | Operação de cisão fusão do Totta para banco Santander. |
| 2010 | Procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) |

Fonte: Adaptado BTS (2010:225).

CULTURA E VALORES

“Com o objetivo de se solidificar como um grande grupo financeiro, o grupo Santander conta com uma marcada presença em mercados locais, que associa a políticas corporativas capacidades globais. Deste modo, consegue uma rentabilidade crescente aos seus acionistas satisfazendo todas as necessidades financeiras dos seus clientes.

Apresentada assim a visão deste grupo, importa conhecer também os valores pelos quais se guia, sendo eles: dinamismo, solidez, liderança, inovação orientação comercial e ética profissional. Percebe-se então que esta é uma instituição pautada pela determinação na procura e descobertas constantes de oportunidades de negócios, procurando a linha da frente em relação aos concorrentes e com uma excelente capacidade de adaptação às mudanças no mercado, mas mantendo uma solidez e prudência (na gestão de risco), que garantam a sua capacidade de crescimento. Deste banco pode ainda esperar-se uma orientação contínua e focada, no cliente e nos seus resultados, pretendendo alcançar a melhor qualidade de serviço” (BST, 2010:9).

SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente, o Grupo Santander, liderado pelo Banco Santander, é o maior banco da Zona Euro, o quarto maior banco do mundo em lucros, o oitavo em termos de capitalização bolsista e é ainda considerado, segundo a revista *Forbes*, baseado em critérios como vendas anuais, lucro, ativos e valor de mercado, como a sexta maior empresa do mundo. No ano de 2010, os seus lucros líquidos ordinários foram de 8.181 milhões de euros (onde Portugal representa 4% desses lucros), e foram distribuídos mais de 4,9 bilhões em dividendos aos seus acionistas.

“O Santander oferece aos seus 91 milhões de clientes uma vasta gama de produtos e serviços financeiros, através da maior rede de filiais da banca internacional (13.660) e mais de 170 mil colaboradores dispersos globalmente. É um dos bancos mais eficientes do mundo (rácio custos/receitas de 43,3 %) e mais sólidos e solventes (rácio de capital de 8,8 %), tendo também uma confortável posição de liquidez, consequente do financiamento obtido por depósitos de clientes e de emissões de dívida a médio longo prazo, de acordo com o *Financial Report 2010*”.

“O Banco Santander Totta conseguiu obter um nível de atividade e de resultados adequados ao atual momento do ciclo económico, alcançando, no final do exercício de 2010, um resultado líquido consolidado de 394,0 milhões de euros, que compara com

473,0 milhões de euros contabilizados no ano anterior, o que equivale a uma rentabilidade dos capitais próprios de 18,4% e a um rácio de eficiência recorrente de 48,5%.

A margem financeira estrita, principal componente das receitas, ascendeu a 673,6 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 11,6%, face a 2009, resultante do abrandamento do ritmo de crescimento do volume de crédito, do estreitamento dos *spreads* dos recursos de clientes” (BST; 2010:36-37)

“O Banco dispõe de uma rede nacional de 694 balcões (698 balcões em 31 de Dezembro de 2009) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007 foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.” (BST, 2010:225)

PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas futuras para o grupo BST, na sua “atividade bancária em Portugal irão depender em grande medida da execução da política orçamental em Portugal e do seu impacto sobre a atividade económica, sendo de esperar que na parte final do ano se verifique uma melhoria no acesso e condições de financiamento dos mercados internacionais, se vier a verificar a eficácia das medidas que forem definidas pelo Governo, e for cumprido com rigor o orçamento do Estado. Num enquadramento difícil e complexo, que será de grande exigência no que se refere à gestão bancária, caracterizado nomeadamente por menores crescimentos dos volumes de negócio, maiores custos de financiamento e aumento dos níveis de imparidade e provisões derivados do aumento dos rácios de incumprimento, o Santander Totta irá manter uma estratégia assente no modelo de banca comercial muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de ação prioritárias. Uma das principais prioridades do Santander Totta será o equilíbrio de balanço, com a diminuição do gap comercial, através do aumento de depósitos e estabilização dos níveis de crédito. A gestão de margens, o controlo de custos e a gestão ativa dos riscos e da qualidade da carteira de crédito continuarão a ser linhas de atuação críticas para futuro do banco.” (BST,2010:31)

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

O Santander Totta define o risco operacional como o “risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas. Trata-se em geral de um risco que se encontra presente nos processos gerados internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional baseia-se fundamentalmente na identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação do respetivo risco e o modelo de gestão e controlo do risco operacional está baseado na gestão direta e ativa por parte de todas as áreas na totalidade das fases do ciclo operacional e que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidade, existindo uma área central que controla e supervisiona, sendo responsável pela implementação do projeto corporativo. O modelo de gestão de risco operacional implementado tem as seguintes vantagens:

- Permite uma gestão integral e efetiva do risco operacional; Permite um melhor conhecimento dos riscos operacionais, tanto efetivos como potenciais e a sua atribuição às linhas de negócio de suporte.

Por outro lado, o Marco de Gestão define as diretrizes de gestão, de forma que o controlo deste risco seja determinado pela Alta Direção da organização. O modelo, no seu conjunto, cumpre os requisitos estabelecidos por Basileia II, bem como os estabelecidos pelo Banco de Portugal. A implementação e constante melhoria do Marco de Gestão permitem alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar, avaliar e realizar o seguimento dos riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, facilitando a tomada de decisões de gestão ao permitir que se estabeleçam prioridades de maneira mais eficaz;

- Controlar e mitigar os riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, identificando e eliminando os focos de risco.

Permitindo desta forma:

- Gestão integral e efetiva do risco operacional (identificação, avaliação, prevenção, controlo/mitigação, seguimento e reporte);

- Melhoria do conhecimento dos riscos operacionais tanto efetivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio;

- Melhoria dos processos e controlos e redução de perdas. Banco” (BST, 2010:51)

“No âmbito do Risco Operacional estão designados coordenadores de risco operacional em todas as áreas relevantes. São elaborados questionários de autoavaliação em que se identificam as situações de potencial risco e consequente aplicação de recomendações e medidas corretivas. Estão definidos indicadores quer de controlo quer de atividade que são reportados periodicamente pelas respetivas áreas, existindo uma base de dados de eventos de erros e incidências operativas com reporte mensal. Os eventos são identificados e classificados de acordo com as categorias de risco e linhas de negócio definidas em BIS II. São identificados e analisados os eventos mais significativos e mais frequentes, com a adoção de medidas de mitigação é realizada uma conciliação entre a Contabilidade e a Base de Dados, de forma a garantir a fiabilidade da informação. Sobre o registo de eventos são estabelecidos mecanismos de informação e reporte que incluem tanto a situação atual como a tendência ou evolução por comparação com exercícios anteriores.

Estão definidos limites de risco operacional que permitem analisar o perfil de risco da instituição.” (BST; 2010:52)

Nestes Relatórios e Contas o BST evidência, apenas, Basileia II e a implementação das medidas decorrentes do mesmo, bem como o desenvolvimento de vários projetos que permitiram dar sólidos passos no cumprimento dos respetivos requisitos.

3.1.1.5 Banco Português Investimento (BPI).

SÍNTESE HISTÓRICA

O Banco Português Investimento é um grupo financeiro, muito especializado, centrado na atividade bancária, dotado de uma oferta completa de serviços e produtos financeiros para os Clientes empresariais, institucionais e particulares. O quadro 6 apresenta algumas das datas mais marcantes do percurso do Banco.

Quadro 6: HISTÓRICO DO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO.

| DATAS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS | |
|--|---|
| 1981 | Fundação da Sociedade Portuguesa de Investimentos (SPI). |
| 1985 | Transformação da SPI no Banco Português de Investimento |
| 1991 | Aquisição do Banco Fonseca & Burnay (BFB) pelo BPI. |
| 1995 | Criação do grupo do BPI |
| 1996 | Início do processo de integração dos três bancos do Grupo BPI |
| 2007 | O BCP rejeitou a proposta de fusão com o BPI |
| 2010 | Participação no Banco Fomento Angola (BFA) |

Fonte: Adaptado BPI (2010:225).

“A atividade do Grupo desenvolve-se principalmente em Portugal, um mercado desenvolvido e concorrencial onde o BPI detém uma forte posição competitiva, a terceira por volume de negócios entre os bancos privados, e em Angola, uma economia emergente que tem registado um crescimento forte e sustentado ao longo dos últimos anos, onde o BPI, através da participação no BFA, é líder de mercado” (BPI, 2010:12).

CULTURA E VALORES

Em termos de cultura e valores o grupo BPI tem mantido os seus principais compromissos no âmbito do mecenato, nos domínios da Cultura, Educação, Ciência e Solidariedade Social. No âmbito da sua política de responsabilidade social, o BPI continuou a apoiar, em 2010, um conjunto de projetos e de iniciativas relevantes, promovido por instituições de elevado prestígio, em domínios tão diversos como a solidariedade social, a cultura, a educação, a ciência, a investigação, a inovação e empreendedorismo e o ambiente. Estas ações tiveram lugar e marcaram a diferença nos países onde o Banco tem uma presença mais forte. Tendo sido mesmo lançada, recentemente neste último âmbito, uma nova iniciativa, o Prémio BPI Capacitar, no valor de 500 mil euros, destinado a apoiar instituições e projetos orientados para melhorar as condições de vida de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade permanente (BPI, 2010:19).

SITUAÇÃO ACTUAL

“No final de 2010 estavam afetos à atividade doméstica 82% do capital próprio do Grupo e à atividade internacional estavam afetos os restantes 18% e os seguintes resultados:

- O rácio de transformação representado pelo crédito líquido sobre os recursos de Clientes de balanço desceu de 130% para 113% entre 2007 e 2010; considerando apenas os depósitos, caiu de 148 para 135%, a única descida entre os bancos analisados
- O rácio de core capital do BPI subiu de 5.4 para 8.7%, o mais alto de sempre desde 1996, ainda sem considerar a introdução da norma IRB; o rácio Tier 1 subiu de 6.2 para 9.1%, o nível mais elevado da amostra, sendo certo que, entre 2006 e 2011, o BPI fez um único aumento de capital de 350 milhões de euros, muito abaixo de qualquer dos outros bancos considerados
- A rentabilidade dos capitais próprios do BPI desceu de 24.7% para 8.8% entre 2007 e 2010
- O ativo total foi de 45.660 M euros e o capital próprio foi de 1.447 m euros
- O crédito a clientes e garantias foi de 34.449 M euros e os recursos totais de cliente e de 69.667 M euros.” (BPI 2010:127)

“O BPI serve 2.373 milhares de Clientes através de canais de distribuição compostos por uma rede de balcões, Banco automático (ATM), Terminais de pagamento automático ativos (POS) e escritórios de representação em vários pontos do mundo. Assim, a rede comercial do BPI estende-se por quatro continentes: Europa (Portugal, França, Suíça, Espanha, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Bélgica); Ásia (Macau); África (Angola, Moçambique, África-Sul); América (Ilhas Caimão, Venezuela, EUA, Canadá) BPI, 2010:14). No entanto, tem uma muito maior implementação na Europa do que nos outros continentes.

PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas futuras, apontam para a aceleração da atividade económica, beneficiando da subida do preço do petróleo, da recuperação de níveis de exploração petrolífera, e do pagamento de dívidas pelo Estado. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz, que evite

uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição financeira, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos Clientes e dos investidores. BPI (2010:36 - 323)

AValiação DE ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

O Grupo BPI define risco operacional como o risco de ocorrerem “prejuízos financeiros provocados por deficiências na definição ou execução de procedimentos, falhas nos sistemas de informação ou como consequência de fatores externos, assenta nos seguintes vetores:

- Envolvimento ativo da Comissão Executiva, aprovando e revendo periodicamente os princípios de identificação, de avaliação, de controlo, de monitorização e de mitigação do risco operacional enquanto categoria específica de risco. Este envolvimento é garantido pela existência de um Comité de Risco Operacional.
- Centralização da função de controlo do risco operacional numa área com responsabilidades de conceção e desenvolvimento de metodologias para gestão do risco e que assegure o sistema de reporte numa perspetiva global e integrada. Esta área está integrada na Direção de Organização.
- Definição de procedimentos para detetar, avaliar, reduzir e monitorizar o risco operacional. O modelo de gestão baseia-se num sistema de autoavaliação dos riscos associados a processos e no reporte descentralizado de ocorrências.
- Definição de medidas mitigadoras de risco operacional potencial ou efetivo assim como de indicadores que permitam a monitorização do mesmo e as avaliações da exposição ao risco operacional. As ocorrências de risco operacional são tipificadas utilizando a tabela de riscos prevista na regulamentação do Banco de Portugal.

Em termos de frequência as ocorrências de risco operacional em 2011 foram ligeiramente superiores às de 2010 (2 855 eventos).” (BPI, 2010:93-94)

Sobre Basileia III, o BPI ponderou e aprovou, entre outras, matérias que motivaram deliberações e assuntos que foram objeto de debate nas reuniões do Conselho de Administração, sendo um assunto de interesse geral para o Banco BPI.

4 Análise e discussão dos dados obtidos.

O presente capítulo é dedicado à análise e discussão dos dados obtidos. Através dos Relatórios e Contas de 2010 de cada um dos bancos foi possível obter os dados relativos a alguns indicadores que consideramos relevantes (Quadro 7).

Quadro 7: INDICADORES RELEVANTES

| Bancos | CGD | BCP | BES | BST | BPI | Valores Médios |
|-----------------------------|---------|----------|--------|--------|--------|----------------|
| Indicadores | | | | | | |
| Ano da fundação | 1876 | 1985 | 1869 | 1864 | 1981 | |
| Ativo líquido (M€) | 125.852 | 100.010 | 83.655 | 46.078 | 45.660 | 80.251 |
| Capitais próprios (M€) | 7.840 | 8.789 | 9.768 | 2.665 | 1.447 | 6.101,8 |
| Resultado líquido (M€) | 251 | 301,6 | 510,5 | 394 | 184,8 | 328,38 |
| Rácio solvabilidade | 12,3% | 9,2% | 11,3% | 7,5% | 11,1% | 10,28% |
| TEIR ₁ | 8,9% | 6,7% | 8,8% | 8,8% | 9,1% | 8,38% |
| ROE | 5,0% | 6,1% | 8,6% | 18,4% | 8,8% | 9,38% |
| ROA | 0,29% | 0,4% | 0,61% | 0,9% | 0,6% | 0,56% |
| Nº de unidades da rede | 1.332 | 1.744 | 828 | 1.474 | 959 | 1.267 |
| Nº de empregados (milhares) | 23.083 | 21.370 | 9.858 | 11.457 | 9.494 | 15.052 |
| Nº de clientes (milhares) | 900 | 5.164 | 2.500 | 6.600 | 2.373 | 3.704 |
| MOODYS | A1 \P-1 | A3\P-2 | A2\P-1 | A1\P-1 | A2\P-1 | |
| S&P | A- \A-2 | BBB+\A-2 | A-\A2 | A\A-1 | A-\A-2 | |
| FICH RATING | A\F1 | BBB+\F-2 | A+\F1 | AA\F1 | A-\F2 | |

Fonte: Adaptação de CGD (2010); BCP (2010); BES (2010); BST (2010); BPI (2010).

Estes indicadores permitem verificar, relativamente ao ano da fundação que o BST é o Banco mais antigo, segue-se o BES, a CGD; o BPI e o mais novo é o BCP.

No que concerne ao ativo líquido dos bancos, verificamos que o valor médio é de 80.251M€. A CGD é o Banco que detém o maior volume de ativo líquido, seguem-se o BCP e o BES com valores acima da média e por fim, o BST e o BPI com valores semelhantes entre si.

Quanto aos capitais próprios verificamos que o BES tem o valor mais elevado neste indicador. Segue-se o BCP e a CGD com valores, também, acima da média. O BST e o BPI detêm um capital próprio muito abaixo da média e o BPI é aquele que apresenta o valor mais reduzido neste indicador.

Relativamente ao resultado líquido verifica-se que o BES apresenta o nível mais elevado e o BPI o mais baixo. O BST apresenta valores acima da média e o BCP, a CGD e o BPI, valores abaixo da média.

No que se refere ao rácio da solvabilidade verificamos que, entre o conjunto de bancos em estudo, a CGD é o que tem a melhor capacidade de satisfação dos seus compromissos de longo prazo e daí uma maior estabilidade financeira. O BST, pelo contrário, apresenta a menor estabilidade financeira, estando mais vulnerável. Segue-se o BPI e o BES com valores acima da média entre este conjunto de bancos e o BCP com a pior condição nesta perspetiva, apresentando mesmo valores abaixo da média.

Relativamente ao nível do capital TEIR₁, apenas o BCP não atingiu o mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Portugal e apresenta o valor mais baixo neste indicador entre os bancos em estudo.

Os rácios da rentabilidade bruta dos capitais próprios antes de impostos (ROE) e da rentabilidade bruta dos ativos antes de impostos (ROA) são calculados de acordo com as instruções do Banco de Portugal. Quanto aos bancos em análise verificamos que o BST apresenta os valores mais elevados nestes rácios, com uma rentabilidade bruta dos capitais próprios de 18,4% e uma rentabilidade bruta dos ativos de 0,9%. A CGD apresenta os menores valores nestes rácios devido à quebra ocorrida nos resultados. O valor médio do rácio da rentabilidade bruta dos capitais próprios entre os bancos analisados é 9,38%, sendo que apenas o BST evidencia um valor acima da média. “A rentabilidade alcançada é demonstrativa da resiliência da capacidade de criar valor mesmo num contexto muito adverso” (BES,2010:75). Relativamente ao rácio de rentabilidade bruta dos ativos verifica-se, ainda, que apenas a CGD e o BCP apresentam valores abaixo da média dos bancos analisados (0,56%).

Relativamente ao número de unidades da rede comercial e escritórios de representação, verificamos que o BCP é o banco de maior dimensão. Segue-se o BST e a CGD com um número acima da média. Por último, o BPI e o BES com números semelhantes e abaixo da média do conjunto de bancos analisados.

Ao nível do número de empregados verificamos que a CGD é instituição com maior dimensão. Segue-se o BCP, também, com um elevado número de empregados, e os restantes bancos, todos com um número de empregados abaixo da média dos bancos analisados.

No que se refere ao número de clientes constatamos que o BST tem o maior número de clientes e a CGD o menor. Verifica-se, ainda, que o BCP tem um número de clientes acima da média dos bancos considerados e o BES e o BPI têm um número abaixo da média.

Relativamente às notações de *rating* atribuídas pelas agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard and Poor's*, cada agência tem o seu próprio modelo de notação, daí que as notações divirjam (Anexo 5). Verificamos que, na perspetiva de qualquer das Agências, o BST tem as melhores classificações de *rating* e o BCP as piores. Ou seja, entre os bancos analisados o de maior risco é o BCP e o de menor risco é o BST. Seguem-se os restantes bancos cujo nível de risco não é consensual entre as Agências indicadas.

Os Relatórios e Contas das instituições financeiras em estudo incluem um capítulo sobre gestão de risco. Neste capítulo referem os passos do processo de gestão do risco operacional, as técnicas de identificação do risco e os sistemas informáticos e de avaliação do risco operacional (Anexo 6). A análise destes aspetos relevantes para a gestão do risco operacional permite verificar se os bancos analisados estão em conformidade com o processo de gestão do risco operacional previsto pela regulação. Qualquer das instituições enuncia como primeiro passo do processo de gestão do risco operacional, a identificação do risco. O segundo passo, exceto para o BES, é a avaliação do risco. O BES coloca como segundo passo a monitorização do risco, enquanto a CGD a coloca como terceiro passo. Para os restantes bancos o controlo constitui o terceiro passo do processo de gestão do risco operacional. Verificamos que todos os bancos analisados consideram a mitigação do risco operacional como último passo do processo.

Relativamente às técnicas de identificação do risco verificamos que todos os bancos procedem a autoavaliação e, excetuando o BES e o BPI, usam questionários. O BCP recorre, também, a *workshops*.

Quanto aos sistemas informáticos do risco constatamos que a CGD e o BCP utilizam o mesmo sistema, enquanto os restantes bancos utilizam sistemas diferentes.

Relativamente ao sistema de avaliação de risco operacional verificamos que as instituições financeiras analisadas utilizam a abordagem ou método *standard* (STA), excetuando o BST que utiliza o método do indicador básico (BIA).

Através dos Relatórios e Contas de 2010 de cada uma das instituições financeiras foi possível obter os dados relativos à perda total devida ao risco operacional e por categoria. Adotamos as categorias (Quadro 8) identificadas por Crouhy e Mark (1998, citado por Figueiredo, 2001: 22): risco humano ou risco de pessoas (inclui o erro não intencional; por qualificação; e por fraude); risco do processo (inclui os riscos de modelagem; de conformidade; de transação; e de controlo); e o risco da tecnologia (inclui os riscos de *software*; de equipamento, de falhas por sistemas; e de prestação e fiabilidade da informação).

Quadro 8: PERDA TOTAL POR TIPO DE RISCO OPERACIONAL

| | CGD | BCP | BES | BST | BPI | Média |
|--------------------------------|-------|-------|-----|------|-------|--------|
| Categoria de risco operacional | | | | | | (%) |
| Risco humano ou de pessoas | 64,1% | 43,5% | 29% | N.A. | 37,8% | 43,6% |
| Risco do processo | 32,6% | 55,2% | 70% | N.A. | 62% | 54,95% |
| Risco da tecnologia | 3,3% | 1,3% | 1% | N.A. | 0,2% | 1,45% |

Fonte: Adaptação de CGD (2010); BCP (2010); BES (2010); BST (2010); BPI (2010).

Quanto aos bancos analisados verificamos o seguinte:

- A CGD é o banco que apresenta maior percentagem de perda por risco humano ou de pessoas e de risco da tecnologia e aquele que apresenta menor percentagem de perda por risco de processo;

- O BES é o banco que apresenta maior percentagem de perda por risco de processo e a menor por risco humano ou de pessoas. Quanto ao risco da tecnologia, apresenta uma percentagem abaixo da média;

- O BPI é o banco que apresenta a menor percentagem de perda por risco da tecnologia. Quanto aos outros tipos de risco, apresenta percentagens acima (risco de processo) e abaixo da média (risco humano ou de pessoas);

- O BCP apresenta, em qualquer dos tipos de risco, percentagens próximas das médias.

Verificamos, ainda, que entre as categorias do risco operacional, a que tem maior impacto nos bancos analisados é a categoria do risco de processo, seguindo-se a do risco humano ou de pessoas e a que tem menor impacto na perda total por risco operacional é a categoria de risco da tecnologia.

Constamos que relativamente ao BST não foi possível verificar a quantificação do risco operacional por categoria, dado que não é evidenciado no respetivo relatório e contas. No entanto, este evidencia provisões para contingências associadas ao risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) no montante de MEuros 15.638. Este valor é o mais elevado entre os bancos analisados. Embora se verifique que o cálculo deste montante depende do método das notações internas de cada banco, o montante previsto pelo BST excede largamente o valor médio calculado pelo conjunto dos bancos, de tal forma que os restantes bancos apresentam todos valores abaixo da média (BCP: 4.275M€; BES: 3.973M€; CGD: 338M€; BPI: 3.2M€).

Relativamente à avaliação do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão do risco operacional das instituições financeiras analisadas, constata-se que, em todas elas, o processo está concluído. Ou seja, todas as atividades previstas neste âmbito estão completamente realizadas. A análise foi efetuada em conformidade com as atividades apresentadas no Anexo 4. No entanto, porque a realidade está em constante mutação, a atividade de gestão do risco operacional será naturalmente contínua. Destacamos o seguinte, por cada um dos estágios (adaptado de Trapp et al, 2005):

- Estágio base tradicional: as instituições financeiras possuem uma área voltada para o controlo interno, a auditoria interna é independente da prospeção de riscos. Possuem, também programas para mitigação de riscos e uma estrutura que descreve a qualificação dos funcionários e a cultura organizacional.
- Estágio conscientização organizacional: as instituições financeiras possuem estruturas organizadas que definem as políticas da gestão do risco operacional, a

adoção de ferramentas de identificação de riscos e iniciaram o inventário de incidentes de perdas operacionais.

- Estágio monitoramento: as instituições financeiras têm estratégias e objetivos de gestão do risco operacional definidas, bem como indicadores de risco e implementaram programas e técnicas de identificação do risco.
- Estágio quantificação: as instituições financeiras têm objetivos quantitativos definidos e possuem um comitê de risco operacional atuante. Além disso, divulgam os modelos internos de mensuração e bases de dados históricos.
- Estágio integração: as instituições financeiras, atualmente, utilizam o método da abordagem padronizada alternativa – para a alocação de capital, e os dados da pesquisa demonstraram que está sendo desenvolvida a análise de risco interdepartamental, para aumentar a abrangência dessa análise, aperfeiçoando a alocação de capital para modelos internos, aperfeiçoando relatórios entre indicadores e perdas, e aprimorando o retorno ajustado ao risco.
- Procuramos, ainda, respostas para o seguinte conjunto de questões relevantes que consideramos pertinentes para o conhecimento da realidade das instituições em estudo face ao problema levantado:
 1. Qual o método utilizado para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional?
 2. Qual o método de cálculo utilizado nos *ratings* interno e externo?
 3. As instituições têm consultores externos?
 4. Identifica a estratégia de gestão de clientes?
 5. Quem detém a responsabilidade pelas alterações de *ratings*?

Quanto à primeira questão levantada, verificamos que excetuando o BST que utiliza o método do indicador básico³ todos os outros bancos usam o método *standard* no cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Na questão do método de cálculo utilizado na definição dos *ratings*, no caso do *rating* externo, é da competência das agências de *rating*. As instituições financeiras analisadas só têm que divulgar nos seus Relatórios e Contas. Quanto ao cálculo do *rating* interno, verificamos que todas as instituições financeiras analisadas utilizam a abordagem

³ Embora, o Banco de Portugal tenha aprovado, em 2009, a adoção em base consolidada do método *standard*, o BST continuava a usar o método do indicador básico.

baseada na notação interna (IRB – *Internal Ratings Based*). As suas áreas de *ratings* (Direção, Unidade e Comissão) estabelecem as regras e as normas internas dos modelos específicos para o cálculo do rating interno (incorporam as informações financeiras e os elementos de carácter qualitativo).

Constatamos que todas as instituições analisadas recorrem a consultoras externas. Também, todas estas instituições identificam a sua estratégia de gestão de clientes. Por exemplo, na CGD, a gestão é personalizada e é adotada uma “abordagem multicanal integrada ao cliente.” Posição semelhante é assumida pelos restantes bancos.

Quanto à responsabilidade pelas alterações dos *ratings* internos, dado que as alterações dos ratings externos são da competência das agências de ratings, verifica-se que na CGD e no BES é a Comissão Executiva que detém essa responsabilidade. Enquanto no BCP são “as unidades de *rating* do grupo” e no BST e no BPI é a Direção ligada ao controlo, que assume a referida responsabilidade.

Em estudos anteriores não foi verificado um nível tão avançado no processo de gestão do risco operacional. Trapp et al (2005:35) constataram que “a instituição financeira pesquisada estava em transição do estágio II (Conscientização) para o estágio III (Monitoramento), basicamente estruturando um banco de dados com histórico de eventos de perdas, criação de indicadores de eficiência e rentabilidade para cada área de negócio.” Enquanto Leite et al (2010:16) verificaram, em geral, “um estágio para a gestão do risco operacional entre ‘Quantificação’ e ‘Integração’, considerando o predomínio de atividades em desenvolvimento no último estágio”. Assim, verificamos que a gestão do risco operacional não é um processo estático. Os bancos implementaram a gestão do risco operacional e estão a evoluir para uma abordagem integrada de gestão do risco empresarial.

5 Conclusões.

A gestão do risco nas instituições financeiras é um tema de investigação pertinente e muito atual. A gestão do risco é uma das atividades fundamentais para a sobrevivência de qualquer organização. A crise financeira, a instabilidade e a volatilidade que caracterizam o atual momento tornam a gestão do risco essencial. Nas entidades financeiras e nos últimos anos, esta área evoluiu muito tecnicamente. O crescimento do mercado, a que se associa o aparecimento de novos produtos e a maior possibilidade de acesso ao crédito por parte das economias, produziu a necessidade de contar com sistemas informáticos e ferramentas que permitam a gestão dos riscos de modo mais eficiente.

Segundo Castanheira et al. (2006:61) nas “instituições financeiras a gestão de risco não é alheia ao incremento do risco operacional, o que motivou a que o Comité de Basileia publicasse recentemente um documento formal com normas específicas de gestão do risco operacional, que deverão ser atendidas pela atividade bancária e que vêm incentivar os Bancos a fortalecer os sistemas de controlo e gestão de risco. Adicionalmente, a regulação tem um papel de extrema importância na maturidade de gestão de risco”.

As instituições financeiras estão incluídas num sistema financeiro com uma regulação e quadro legislativo próprios. Portugal, pelo facto de ser membro da União Europeia, tem integrado no seu direito interno as Diretivas que conduzem à aplicação dos chamados “Acordos de Basileia”. Estes Acordos, emitidos pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária, visam estabelecer os princípios fundamentais e recomendações importantes para a supervisão do sistema bancário e integram a problemática da gestão do risco.

Existem diversos estudos empíricos relacionados com os Acordos de Basileia e a gestão do risco (RMA, 2000; Trapp et al., 2005; Leite et al., 2010). O objetivo do presente trabalho foi integrar e, em certa medida, replicar estudos anteriores. Referimos a avaliação do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão de risco operacional e levantamos algumas questões relevantes ao nível das instituições financeiras na área da notação do risco considerando a situação específica da banca portuguesa, tendo em conta a importância destas instituições para a economia do país. Estudamos os cinco bancos portugueses com maior volume de ativos em 2010 (conforme dados constantes no *site* www.apb.pt). Adotamos o método de investigação estudo de caso e, através dos relatórios e contas de 2010 dos bancos selecionados, verificamos e analisamos alguns

indicadores que consideramos importantes para as organizações; os passos do processo de gestão de risco operacional; as técnicas de identificação do risco; os sistemas informáticos e de avaliação do risco operacional; e o impacto na perda total por tipo de risco operacional.

Constatamos que os bancos analisados, à data do estudo, já tinham concluído o processo em relação aos itens da atividade de gestão do risco operacional. Verificamos que nestas instituições o processo não tem sido estático mas sim dinâmico pois os bancos evidenciam uma evolução para a abordagem integrada da gestão do risco empresarial.

Relativamente às questões levantadas, visando o conhecimento da realidade das instituições financeiras e a caracterização da amostra, identificamos os métodos utilizados para o cálculo dos requisitos de fundos próprios e o cálculo dos *ratings* interno e externo. Identificamos, ainda, a estratégia de gestão de clientes e os responsáveis pela alteração dos *ratings*. Constatamos que o BST utilizava o método de indicador básico (BIA) e os restantes bancos analisados o método *standard* (STA). Por outro lado, os bancos apostavam na estratégia de gestão de clientes. A responsabilidade pela alteração dos *ratings* internos na CGD e no BES é assumida por uma comissão executiva, enquanto no BST e no BPI é uma direção ligada ao controlo que assume essa responsabilidade e no BCP são unidades de *rating* do grupo que o fazem. As alterações dos *ratings* externos são da competência e responsabilidade das agências de *ratings*. No entanto, os bancos têm de divulgar essas informações nos seus relatórios e contas.

Consideramos catorze indicadores relevantes e para o seu cálculo recolhemos os dados nos relatórios e contas de 2010, dos bancos em estudo. O BST destaca-se dos outros bancos analisados pelos níveis apresentados nos seus indicadores. Também, nos mesmos relatórios, no capítulo da gestão de risco, obtivemos informação que permite verificar alguns aspetos relevantes para a gestão do risco operacional; os passos do processo de gestão do risco; as técnicas de identificação do risco; os sistemas informáticos e de avaliação do risco operacional. Relativamente aos passos do processo de gestão risco operacional constatamos que os bancos estão em conformidade com o previsto na regulação, particularmente no primeiro e no quarto passo. No que concerne às técnicas mais usadas para identificação do risco verificamos que todos os bancos analisados procedem à autoavaliação. Quanto aos sistemas informáticos de apoio à gestão do risco, o BCP e a CGD usam o mesmo sistema, quanto os restantes bancos analisados usam

sistemas informáticos diferentes. Relativamente aos sistemas de avaliação de risco operacional verificamos que o BST usa a abordagem do método indicador básico enquanto os restantes bancos usam a abordagem do método *standard*. Verificamos, ainda, que o maior impacto na perda total por categoria do risco operacional ocorre no risco humano ou de pessoas e o menor no risco das tecnologias.

Assim demonstramos, através da análise dos dados obtidos que houve uma mudança no processo da avaliação do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão do risco operacional; este processo não é estático mas sim dinâmico; houve uma evolução para a abordagem integrada da gestão do risco operacional. Através dos relatórios e contas dos bancos estudados, analisamos e verificamos o conhecimento da realidade das instituições financeiras e as suas divergências no que concerne às questões que levantamos; aos indicadores; aos aspetos relevantes da gestão do risco operacional; e também conferimos qual é o maior impacto na perda total por categoria do risco operacional.

O presente estudo apresenta limitações decorrentes, principalmente, da dimensão da amostra; dos dados terem origem, apenas, nos relatórios e contas; e de tratarmos só o risco operacional. Daí que como linhas de investigação futura possíveis seriam de considerar o aumento da dimensão da amostra; a utilização de questionários e/ou entrevistas; ou o alargamento do âmbito do tema, passando do foco na gestão do risco operacional para o foco na gestão integrada do risco.

6. Referências bibliográficas.

Alves, C. A. De. M. & Szabo Cherobim A. P. M. (2004). Contribuição para o estudo da gestão de riscos: evidenciação do risco operacional em quatro instituições financeiras brasileiras. Universidade federal do Paraná. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em www.scribd.com/doc/61451719/risco

Alves, C. A. De. M. & Havashi Alves N. T. (2009). Análise do nível de divulgação da governança corporativa segundo recomendações do comité da Basileia: Um estudo em bancos privados e públicos brasileiros. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 06-21, Jan./Mar. 2009. Disponível em 4 de Dezembro de 2011, em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=117015043002>

Agências de *ratings*: Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch Rating” (2012). As notações de *rating* das agências. Disponível em 25 de Setembro de 2012, em <http://www.standardandpoors.com/home/en/eu> a <http://www.moody.com/> e a <http://www.fitchratings.com/web/en/dynamic/fitch-home.jsp>.

A.P.B. (2011). Estudos estatísticos sobre bancos associados. Associação Portuguesa de Bancos. Disponível em 2 de Janeiro 2012, em http://www.apb.pt/centro_de_estudos/estatisticas.

A.B.P. (2011b). O sistema financeira e como funcionar. Associação Portuguesa de Bancos Disponível em 2 de Janeiro 2012, em http://www.apb.pt/sistema_financeiro/.

Barroso, M. O. Lustosa, P. R. B. & Moraes, M. C. (2004). Disclosure de risco operacional em bancos no Brasil: evidências preliminares à luz do Novo Acordo da Basileia. In congresso usp de controladoria e contabilidade, 4., 2004, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2004 3291. Disponível em 4 de Dezembro de 2011 em <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos42004/352.pdf>.

BCBS, (2003). Consultative document The New Basel Capital Accord. Bank for International Settlements. April de 2003, issued for comment by 31 July 2003. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.bis.org/bcbs/bcbscp3.pdf>

BCBS, (2005). International convergence of capital measurement and capital standards – A revised framework. Bank for International Settlements. Novembro 2005 Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.bis.org/publ/bcbs118.pdf>

BCBS (2010). Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems. Bank for International Settlements. Dezembro 2010 (Rev. Junho 2011) Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf>

BCP (2010). Relatório e Contas do Banco Comercial Português. Disponível em 20 Janeiro de 2012, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0033_D110513_H140659-0033-CAM-201012-CAC.pdf

Bernanke, B. S. (2008). Gestão de risco em instituições financeiras No Federal Reserve Bank of Chicago Conferência Anual sobre a Estrutura do Banco e da Concorrência, Chicago, Illinois 15 de Maio de 2008. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.federalreserve.gov/newsevents/speech/bernanke20080515a.htm>

BES (2010). Relatório e Contas do Banco Espírito Santo. Disponível em 20 Janeiro de 2012, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0007_D110428_H123158-0007-CAM-201012-CAC.pdf

BIS (2011) Basel committee on banking supervision reforms - Basel III. Disponível em de 21 de Janeiro de 2012, em <http://www.bis.org/bcbs/basel3/b3summarytable.pdf>

BPI (2010). Relatório e Contas Banco Português Investimento. Disponível em 20 Janeiro de 2012, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0010_D110506_H112346-0010-CAC-201012-CAC.pdf

Brito, G. A. S. & Neto, A. A. (2005). Modelo de classificação de risco de crédito de grandes empresas. Este trabalho foi apresentado no 5º congresso usp de controladoria e contabilidade, 10 e 11 de Outubro de 2005. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos52005/383.pdf>

BST (2010). Relatório e Contas do Banco Santander Totta. Disponível em 20 Janeiro de 2012, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0018_D110530_H105021-0018-CAM-201012-CAC.pdf

Carneiro, L. F. F., Vivan A.G. F. & Krause K., (2004). O novo acordo da Basileia – um estudo de caso para o contexto brasileiro. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/trabalhos/O%20Novo%20Acordo%20de%20Basileia%20um%20estudo%20de%20caso%20para%20o%20contexto%20brasileiro.pdf>

Carvalho, D. B. & Caldas M. P; (2006). Basileia II abordagem prática para acompanhamento de risco operacional em instituições financeiras. Resenha Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Disponível em 24 de Novembro de 2011, em www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_BasileiaII.pdf.

Castanheira, N., & Rodrigues, L.L. (2006). Da abordagem tradicional à gestão de risco empresarial, Revisores & Empresas Julho/Setembro 2006. Disponível em 21 de Outubro de 2012, em http://www.oroc.pt/fotos/editor2/R34_Pag_58-61_Gestao.pdf

CGD (2010). Relatório e Contas da Caixa Geral de Depósitos. Disponível em 20 Janeiro de 2012, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Contas%20Oficiais/FT0035_D110530_H144803-0035-CAM-201012-CAC.pdf

Chabanel, P.E. (2011). Implementação de Basiléia III: desafios, opções e oportunidade; Moody's Analyhes Enterprise Risk Solutions em Setembro 2011. Disponível em 3 de Janeiro de 2012, em <http://www.moodyanalytics.com/~media/Insight/Regulatory/Basel-III/Thought-Leadership/2011/11-01-09-Implementing-Basel-III-Whitepaper.ashx>

Coso (2004) Enterprise Risk Management — Integrated Framework Executive Summary, September 2004. Disponível em 21 de Outubro de 2012, em http://www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary.pdf

Dantas, J. A., Rodrigues F. F., Rodrigues J. M. & Capelletto L. R. (2010). Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 21, n. 52, Janeiro/Abril 2010. Disponível em 4 de Dezembro de 2011, em <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v21n52/v21n52a02.pdf>.

Decreto-Lei nº 298/1992, de 31 de Dezembro. O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL298ano92.pdf>

Decreto-Lei nº 246/1995, de 14 de Setembro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.idt.pt/PT/Legislacao/Legislao%20Ficheiros/Branqueamento_de_Capitais/dl_246_95.pdf

Decreto-Lei nº 232/1996, de 05 de Dezembro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.ciab.pt/dc_pdf/banco_credito/DL232-96de05-12.pdf

Decreto-Lei nº 222/1999, de 22 de Junho. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=2195>

Decreto-Lei nº 250/2000, de 13 de Outubro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=2278>

Decreto-Lei nº 285/2001, de 03 de Novembro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=2279>

Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=1239>

Decreto-Lei nº 319/2002, de 28 de Dezembro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=1443>

Decreto-Lei nº 252/2003, de 17 de Outubro, Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=2193>

Decreto-Lei nº 145/2006, de 31 de Julho. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=4717>

Decreto-Lei nº 104/2007, de 03 de Abril. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL104ano2007.pdf>

Decreto-Lei nº 357 - A/2007, de 31 de Outubro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.previsao-sgfp.pt/pdf/DL_357A_2007.pdf

Decreto-Lei nº 1/2008, de 03 de Janeiro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL1ano2008.pdf>

Decreto-Lei nº 126/2008, de 21 de Junho. Alteração ao regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.fgcam.pt/SiteCollectionDocuments/DL_126_2008.pdf

Decreto-Lei nº 211 - A/2008, de 03 de Novembro. O reforço da estabilidade financeira, alterando para o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.fgcam.pt/SiteCollectionDocuments/2.%20DL%20211_A%202008.pdf

Lei nº 28/2009, de 19 de Junho. O regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contraordenacional. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://dre.pt/pdf1s/2009/06/11700/0408504090.pdf>

Decreto-Lei nº 162/2009, de 20 de Julho. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL162ano2009.pdf>

Lei nº 94/2009, de 1 de Setembro. Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/Lei94ano2009.pdf

Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de Outubro. A ordem jurídica interna o novo enquadramento comunitário em matéria de serviços de pagamento. Disponível em 28 de

Novembro de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL317ano2009.pdf>

Decreto-Lei nº 52/2010, de 26 de Maio. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/DL52ano2010.pdf>

Decreto-Lei nº 71/2010, de 26 de Maio. A constituição de organismos de investimento coletivo (OICVM) e de fundos de investimento imobiliário (FII) sob forma societária, designando -os prospectivamente por sociedades de investimento mobiliário (SIM) e por sociedades de investimento imobiliário (SIIMO), alterando, para o efeito, o regime jurídico dos organismos de investimento coletivo. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/06/11700/0210002144.pdf>

Decreto-Lei nº 36/2010, de 18 de Junho. Alteração o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (21.^a alteração ao Decreto -Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro). Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://dre.pt/pdf1s/2010/09/17100/0385803858.pdf>

Decreto-Lei nº 140 - A/2010, de 30 de Dezembro. A ordem jurídica interna das instituições financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25202/0000800016.pdf>

Lei nº 46/2011, de 24 de Junho, Alteração à Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.concorrenca.pt/vPT/A_AdC/legislacao/Documents/Nacional/L46_2011CriacaoTribunalConcorrenca.pdf

Decreto-Lei nº 88/2011, de 20 de Julho. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13800/0403204038.pdf>

Decreto-Lei nº 119/2011, de 26 de Dezembro. Alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro). Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.fgcam.pt/SiteCollectionDocuments/Decreto-Lei%20N.%C2%BA%20119_2011.pdf

Decreto – Lei nº 31 – A/ 2012 de 10 de Fevereiro. Procede à 25.^a alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (doravante abreviadamente designado por RGICSF). Disponível em 28 de Novembro de 2012, em http://www.fgcam.pt/SiteCollectionDocuments/DL%2031_A_2012.pdf

Decreto – Lei nº 242/2012 de 7 de Novembro. Alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Disponível em 28 de Novembro de 2012, em <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/11/21500/0640206452.pdf>

Duarte Júnior, A.M., Jordão M.R. & Mohr E.F. (2001). Gerenciamento risco operacionais e sua evolução no mercado financeiro brasileiro. Resenha Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) nº 146 disponível em 24 de Novembro de 2011 em http://dc377.4shared.com/doc/bRC_b2mw/preview.html

Ferrão, N. S. M. (2011). A crise financeira portuguesa da dívida soberana – as crises históricas nacionais (1891 – 2011) e a conjuntura geoestratégica mundial breve consideradas. Disponível em 20 de Dezembro de 2011. Em [Http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/25034.html](http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/25034.html).

Figueiredo, R. P. de. (2001). Gestão de riscos operacionais em instituições financeiras – uma abordagem qualitativa. Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém – Pará Brasil. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.risktech.com.br/PDFs/Gestao%20de%20Riscos%20Operacionais%20em%20Instituicoes%20Financeiras.pdf>

Freitas, E. C. (2005). Impacto do Novo Acordo de Basileia Sobre o Financiamento das Empresas em Portugal. - Mestrado em Economia Monetária e Financeira no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa ISEG. Disponível em 4 de Dezembro de 2011, em <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2831/1/ft-efreitas-2005.pdf>

IFRS 7 (IASB, IFRS 7 2007, Apêndice A) norma internacional de relato financeiro 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Disponível em 3 Novembro de 2011, em http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IFRS_07_Reg_108_2006_TC.pdf
http://www.cnc.minfinancas.pt/IAS_textos_consolidados/IFRS_07_Reg_108_2006_TC.pdf
http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc_IAS2.htm

Leite P. H. da C., Alves C. A. de M. & Filho C. A. P. M. (2010). Gestão de risco operacional em uma instituição financeira pública que atua no Brasil: um estudo de caso. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 32 - p. 48, Maio/Ago., 2010. ISSN 1984-3291 Disponível em 4 de Dezembro de 2011, em http://www.sergiomariz.com/mcc.uerj/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=225&Itemid=51.

Maia, P.M. da C. (2010). O impacto de Basileia III sobre a economia - Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Disponível em 30 de dezembro de 2011, em [O IMPACTO DE BASILEIA III SOBRE A ECONOMIA 1 - EVOLUÇÃO ...](#).

Mendonça, A. R. R. de, Augusto A. F. & Vlatkovic G. C. (2011). Basileia III: Alterações Propostas, Institucionalidade Europeia e Adoção no Reino Unido. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Rio de Janeiro/Brasil. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/47.pdf>.

Nunes, P. (2009). Conceito de Acordos Basileia – Consultoria de Gestão publicado em 12-01-2011. Disponível em 25 de Novembro de 2011, em <http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/acordodebasileia.htm#vermais>.

Neves, D.P. (2010). Crise financeira internacional – impactos e desafios, Banco de Portugal. Eurosistemas de 19 de Maio de 2010. Disponível em 24 de Agosto de 2012, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/99/interv20100519.pdf>

Oldfield, A. P. S. G. S. & Santomero, M.A M. (1997). O Local de Gestão de Risco em Instituições Financeiras. Na Escola Wharton da Universidade da Pensilvânia. Em 1 Janeiro 1997. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/papers/95/9505.pdf>.

Pereira, J. M. (2006). Gestão do risco operacional, uma avaliação do novo acordo de capitais – Basileia II. Revista contemporânea em contabilidade, Julho - Dezembro, ano 03, v1 nº 6 universidade federal de santa Catarina Florianopolis, Brasil. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/762/76200607.pdf>.

RMA, (2000). Operational risk: the next frontier. The Journal of Lending & Credit Risk Management. Disponível em 19 de Novembro de 2011, em https://rmaweb.rmahq.org/publications/oprisk_execsum.html.

Silva, I. F. (2008). O Acordo de Basileia II e o impacto na gestão de riscos da banca e no financiamento das empresas. Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7940/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Irm%C3%A9nio_Silva_24_Maio_08.pdf.

Soares, M. C. (2006). Modelação de um indicador de notação da qualidade de crédito de sociedades não financeiras – um estudo preliminar fundado na análise discriminantes. Relatório de Estabilidade Financeira Banco de Portugal. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/REFAnteriores/Documents/ref_06_p.pdf.

Trapp, A. C. G. & Corrar, L. J., (2005). Avaliação e Gerenciamento do risco Operacional no Brasil: Análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, nº 37, pág. 24 a 36, Jan./Abr. 2005. Disponível em 4 de Novembro de 2011, em <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a02.pdf>.

Weerthof, R.V. (2011). Programa de Gestão de Risco do SAS. Instituto na Europa. Disponível em 19 de Novembro de 2011, em <http://www.gestaoderisco.no.sapo.pt/GestaoRisco.html>

Yin, R. K. (2005). Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3ª Edição; Porto Alegre: Bookman. Disponível em 21 de Outubro de 2011, em <http://pt.scribd.com/doc/46546362/Estudo-de-Caso-Planejamento-e-Metodos-Robert-k-Yin>

7. Anexos.

7.1 - Anexo 1.

O vasto conjunto de diplomas legais do sistema financeiro Português.

Além do sistema financeiro português ser objeto de regulação, também, para os produtos transacionados existe um vasto conjunto de diplomas legais de acordo com Associação Portuguesa de Bancos e do Banco de Portugal em 2012. Estão referidos, os seguintes decretos – lei (DL):

1. DL n.º 298/92 de 31 de Dezembro aborda o “processo de estabelecimento e o exercício da atividade das instituições de crédito e das sociedades financeiras. As instituições de crédito sob a forma de empresa pública ficam sujeitas às normas do presente diploma que não sejam incompatíveis com a sua forma.”
2. DL n.º 246/95, de 14 de Setembro, complementado pelos respetivos diplomas regulamentares, tem em vista, por um lado, “proceder à transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva n.º 94/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 1994, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e, por outro, introduzir no regime jurídico nacional algumas alterações aconselhadas pela reflexão que sobre ele incidiu.”
3. DL n.º 232/96, de 5 de Dezembro, “transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/22/CEE, de 10 de Maio de 1993, relativa aos serviços de investimento (DSI), a Diretiva n.º 95/26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho de 1995, relativa ao reforço da supervisão prudencial, que é geralmente conhecida por «Diretiva Post-BCCI», bem como a Diretiva n.º 96/13/CE, do Conselho, que, alterando o n.º 2 do artigo 2.º da Diretiva n.º 77/780, deixou de excluir a Caixa Económica Montepio Geral do âmbito de aplicação dessa e das restantes diretivas aplicáveis às instituições de crédito. Esta alteração vem permitir que seja satisfeita a pretensão daquela instituição de crédito relativamente à concessão do «passaporte» comunitário.”
4. DL n.º 222/99, de 22 de Junho, desenvolver o “Sistema de Indemnização aos Investidores, transpondo-se para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva n.º 97/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Março. A preservação da confiança no sistema financeiro e a proteção dos interesses de todos os que a ele recorrem, na perspetiva de aplicação das suas poupanças, constituem elementos

fundamentais para a realização e bom funcionamento do mercado interno dos serviços financeiros.”

5. DL n.º 250/2000, de 13 de Outubro, transpõe para a “ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/33/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho, que alterou o artigo 12.º da Diretiva n.º 77/780/CEE, relativa ao acesso à atividade dos estabelecimentos de crédito e ao seu exercício, os artigos 2.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º e os seus anexos II e III da Diretiva n.º 89/647/CEE, relativa a um rácio de solvabilidade das instituições de crédito, e o artigo 2.º e o anexo II da Diretiva n.º 93/6/CEE, relativa à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito. Justificando assim, alargar o núcleo das entidades que prosseguem fins de cooperação em matéria de supervisão. Por outro lado, nos termos do artigo 99.º do Regime Geral, compete ao Banco de Portugal definir, por aviso, as relações prudenciais que as instituições sujeitas à sua supervisão devem respeitar. Até à presente data a regulamentação relativa ao rácio de solvabilidade e à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito encontra-se prevista em aviso do Banco de Portugal. Todavia, presentemente as exigências constitucionais impõem que a transposição de diretivas comunitárias revista a forma de ato legislativo.”
6. DL n.º 285/2001, de 3 de Novembro, altera o DL n.º 149/95, de 24 de Junho, que aprova “o regime jurídico do contrato de locação financeira, o DL n.º 72/95, de 15 de Abril, que regula as sociedades de locação financeira, o DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que aprova o RGICSF.”
7. DL n.º 201/2002, de 26 de Setembro, alteração do RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e “não obstante as alterações pontuais de que o mesmo foi entretanto objeto, a experiência colhida na sua aplicação prática e bem assim a evolução tanto da atividade financeira como do seu enquadramento regulatório (de fonte comunitária ou inspirado pelo «Comité de Basileia») evidenciam a necessidade de uma revisão com certa amplitude. Merecem referência os aspetos de natureza mais substantiva ora regulados, se bem que se hajam revisto vários outros pontos, uns em articulação com tais aspetos, outros por razões de carácter mais formal.”

8. DL n.º 319/2002, de 28 de Dezembro, aborda “a disciplina a constituição e a atividade das Sociedades de Capital de Risco (SCR) e dos Fundos de Capital de Risco (FCR). Esta altera do regime jurídico das sociedades de capital de risco e de fomento empresarial, constante do DL n.º 433/91, de 7 de Novembro, e o regime jurídico dos fundos de capital de risco, constante do DL n.º 58/99, de 2 de Março.”
9. DL n.º 252/2003, de 17 de Outubro, aprova o “regime jurídico dos organismos de investimento coletivo e suas sociedades gestoras e transpõe para a ordem jurídica nacional as Diretivas 2001/107/CE e 2001/108/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Janeiro de 2002, que alteram a Diretiva n.º 85/611/CE, do Conselho, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (OICVM) com vista a regulamentar as sociedades gestoras, os prospectos simplificados e os investimentos em OICVM.”
10. DL n.º 145/2006, de 31 de Julho transpõe para a “ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro e que altera as Diretivas 73/239/CEE, 79/267/CEE, 92/49/CEE, 92/96/CEE, 93/6/CEE e 93/22/CEE, todas do Conselho, e as Diretivas 98/78/CE e 2000/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como a Diretiva n.º 2005/1/CE, do Parlamento e do Conselho, de 9 de Março, que altera as Diretivas 73/239/CEE, 85/611/CEE, 91/675/CEE, 92/49/CEE e 93/6/CEE, todas do Conselho, e as Diretivas 94/19/CE, 98/78/CE, 2000/12/CE, 2001/34/CE, 2002/83/CE e 2002/87/CE, com vista a estabelecer uma nova estrutura orgânica para os comités no domínio dos serviços financeiros.”
11. DL n.º 104/2007, de 3 de Abril, “procede à nona alteração ao RGICSF e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e ao seu exercício.”
12. DL n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro, transpõe para a “ordem jurídica interna o uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 25/2007, de 18 de Julho, altera o RGICSF, o Código dos Valores Mobiliários, o Código das Sociedades Comerciais,

o regime jurídico das sociedades corretoras e financeiras de corretagem, o regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário, o regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, o DL n.º 176/95, de 26 de Julho, o DL n.º 94-B/98, de 17 de Abril, e o DL n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF), e as respetivas normas de execução constantes da Diretiva n.º 2006/73/CE, da Comissão, de 10 de Agosto de 2006, que regula os requisitos em matéria de organização e as condições de exercício da atividade das empresas de investimento, bem como a Diretiva n.º 2004/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 2004, relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado (Diretiva da Transparência), e as respetivas normas de execução constantes da Diretiva n.º 2007/14/CE, da Comissão, de 8 de Março de 2007.”

13. DL n.º 1/2008, de 3 de Janeiro, procede à 12.ª alteração ao RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, “no sentido de atribuir ao Banco de Portugal competências no domínio da supervisão comportamental daquelas entidades.”
14. DL n.º 126/2008, de 21 de Julho, é décima terceira alteração ao RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e “à primeira alteração ao DL n.º 345/98, de 9 de Novembro, que regula o funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, tem em vista, no quadro da adoção de princípios de *better regulation*, promover a convergência dos critérios e procedimentos para aferição da idoneidade dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das instituições sujeitas à supervisão das entidades reguladoras do setor financeiro. Nesta medida, vem consagrar-se uma presunção legal de que um membro de qualquer destes órgãos cuja idoneidade já tenha sido verificada por uma das entidades de supervisão é idóneo para as demais. Com efeito, a lei passa a presumir que se considera verificada a idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que se encontrem registados junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ou do Instituto de Seguros de Portugal, desde que para o efeito tenha sido conduzido um procedimento prévio de aferição de idoneidade, exceto se

fatos supervenientes fundamentarem um juízo distinto por parte do Banco de Portugal.”

15. DL n.º 211-A/2008, de 3 de Novembro, procede ao “reforço dos deveres de informação e transparência no âmbito do sector financeiro, quer para com as autoridades de supervisão quer para com os clientes das instituições financeiras, pretende-se reforçar, de (euro) 25 000 para (euro) 100 000, o limite de cobertura do Fundo de Garantia de Depósito e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e reduzir significativamente o prazo de efetivação dos reembolsos e presente alteração decorre do compromisso assumido a nível europeu, com carácter transitório, atendendo à conjuntura internacional dos mercados, visa também, dotar a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de mecanismos regulatórios flexíveis que permitam adequar as exigências legais aplicáveis aos organismos de investimento coletivo e aos fundos de investimento imobiliário às atuais circunstâncias de mercado. Neste sentido, são atribuídos à CMVM poderes especiais e pontuais de atuação concreta que a habilitam a exigir o cumprimento de deveres adicionais aos fundos, entidades gestoras, depositários ou entidades comercializadoras ou a dispensar aquelas entidades de alguns deveres ou sujeições. O exercício destas competências excecionais por parte da CMVM é feito com o objetivo de contribuir para o equilíbrio do mercado e para assegurar a defesa dos interesses dos participantes. O referido reforço da estabilidade financeira é concretizado, igualmente, ao nível da informação que as instituições financeiras são obrigadas a prestar às autoridades de supervisão, designadamente para aferir o seu nível de exposição a diferentes tipos de instrumentos financeiros, as práticas de gestão e controlo de riscos a que estão sujeitas e as metodologias adotadas na avaliação dos seus ativos, em particular dos que não são transacionados em mercados de elevada liquidez e transparência.”
16. Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, estabelece “o regime de aprovação e de divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público e procede à revisão do regime sancionatório para o sector financeiro em matéria criminal e contraordenacional.”
17. Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho, “procede à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2009/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho,

de 11 de Março, que altera a Diretiva n.º 94/19/CE, relativa aos sistemas de garantia de depósitos no que respeita ao nível de cobertura e ao prazo de reembolso, alterando para o efeito os seguintes diplomas: RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelos DL's 246/95, de 14 de Setembro, 232/96, de 5 de Dezembro, 222/99, de 22 de Julho, 250/2000, de 13 de Outubro, 285/2001, de 3 de Novembro, 201/2002, de 26 de Setembro, 319/2002, de 28 de Dezembro, 252/2003, de 17 de Outubro, 145/2006, de 31 de Julho, 104/2007, de 3 de Abril, 357-A/2007, de 31 de Outubro, 1/2008, de 3 de Janeiro, 126/2008, de 21 de Julho, e 211-A/2008, de 3 de Novembro; DL n.º 345/98, de 9 de Novembro, alterado pelos DL's 126/2008, de 21 de Julho, e 211-A/2008, de 3 de Novembro, que regula o funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, ainda altera o regime jurídico relativo ao Sistema de Indemnização aos Investidores, aprovado pelo DL n.º 222/99, de 22 de Junho, alterado pelo DL n.º 252/2003, de 17 de Outubro.”

18. Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, “aprova medidas de derrogação do sigilo bancário, bem como a tributação a uma taxa especial dos acréscimos patrimoniais injustificados superiores a (euro) 100 000, procedendo a alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo DL n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, à décima nona alteração à Lei Geral Tributária, aprovada pelo DL n.º 398/98, de 17 de Dezembro, e à décima sexta alteração ao RGICSF, aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro.”
19. DL n.º 317/2009, de 30 de Outubro, vem transpor para a “ordem jurídica interna o novo enquadramento comunitário em matéria de serviços de pagamento, que tem em vista assegurar condições de concorrência equitativas entre todos os sistemas de pagamentos no espaço comunitário e preservar a escolha do consumidor em melhores condições de segurança, eficácia e eficiência de custos.”
20. DL n.º 52/2010, de 26 de Maio, transpõe para a “ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro, no que se refere a normas processuais e critérios para a avaliação prudencial dos projetos de aquisição e de aumento de participações qualificadas em entidades do setor financeiro.”

21. DL n.º 71/2010, de 18 de Junho, “vem possibilitar a constituição de organismos de investimento coletivo (OICVM) e de fundos de investimento imobiliário (FII) sob forma societária, designando-os respetivamente por sociedades de investimento mobiliário (SIM) e por sociedades de investimento imobiliário (SIIMO), alterando, para o efeito, o regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, aprovado pelo DL n.º 252/2003, de 17 de Outubro, e o regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário, aprovado pelo DL n.º 60/2002, de 20 de Março.”
22. Lei n.º 36/2010, de 2 de Setembro, altera o RGICSF (21.ª alteração ao DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro).
23. DL n.º 140-A/2010, de 30 de Dezembro, transpõe para a “ordem jurídica interna: A Diretiva n.º 2009/111/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro, que altera as Diretivas 2006/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, 2006/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, e 2007/64/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro, no que diz respeito aos bancos em relação de grupo com instituições centrais, a determinados elementos relativos aos fundos próprios, a grandes riscos, a disposições relativas à supervisão e à gestão de crises; a Diretiva n.º 2009/27/CE, da Comissão, de 7 de Abril, que altera determinados anexos da Diretiva n.º 2006/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, no que respeita às disposições técnicas relacionadas com a gestão do risco e a Diretiva n.º 2009/83/CE, da Comissão, de 27 de Julho, que altera determinados anexos da Diretiva n.º 2006/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, no que respeita às disposições técnicas relacionadas com a gestão do risco.”
24. Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho, cria “o tribunal de competência especializada para propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à 15.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, à 4.ª alteração à Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, que aprova o Regime Jurídico da Concorrência, à 5.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas, à 2.ª alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do

terrorismo, à 7.^a alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e Financiamento dos Tribunais Judiciais, à 1.^a alteração à Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro, que aprova o regime quadro das ordenações do sector das comunicações, à 23.^a alteração ao DL n.º 298/92, de 31 de Dezembro, que aprova o RGICSF, à 15.^a alteração ao DL n.º 94-B/98, de 17 de Abril, que regula as condições de acesso e de exercício da atividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo DL n.º 486/99, de 13 de Novembro, ao Código de Propriedade Industrial, aprovado pelo DL n.º 36/2003, de 5 de Março, à 2.^a alteração ao DL n.º 95/2006, de 29 de Maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, e à 2.^a alteração ao DL n.º 144/2006, de 31 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Dezembro.”

25. DL n.º 88/2011, de 20 de Julho, visa “transpor a Diretiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que altera as Diretivas 2006/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, e 2006/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, no que diz respeito aos requisitos de fundos próprios para a carteira de negociação e para retitularizações, bem como à análise das políticas de remuneração pelas autoridades de supervisão. Prosseguem-se, essencialmente, três objetivos:

- i. Impor às instituições de crédito e empresas de investimento a obrigação de adotarem políticas e práticas de remuneração que promovam uma gestão sólida e eficaz dos riscos, no que diz respeito aos colaboradores cuja atividade tenha um impacto significativo no perfil de risco da instituição.
- ii. Submeter as mencionadas políticas de remuneração à análise do Banco de Portugal.
- iii. Implementar a alteração de determinados requisitos de capital das instituições financeiras.
- iv. Tendo em vista a prossecução de tais objetivos, o presente decreto-lei visa, em primeiro lugar, impor novos requisitos às instituições de

crédito e às empresas de investimento, no sentido de exigir a adoção de políticas e práticas de remuneração consentâneas com uma gestão de riscos sã e prudente.”

26. DL n.º 119/2011, de 26 de Dezembro, “estabelece com carácter permanente o limite legal da garantia de 100 000 euros por parte do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, para o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito participantes no caso de se verificar a indisponibilidade dos depósitos.”
27. Decreto – Lei n.º 31 – A/ 2012 de 10 de Fevereiro. Procede à 25.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (doravante abreviadamente designado por RGICSF). “Conferindo os poderes ao Banco de Portugal para intervir em instituições sujeitas à sua supervisão em situações de desequilíbrio financeiro, procedendo à criação de um Fundo de Resolução e, bem assim a ajustamentos ao regime aplicável ao Fundo de Garantia de Depósitos, regula o funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e regula a liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em Portugal e suas sucursais criadas noutro Estado membro, procedendo à transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva n.º 2001/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Abril, relativa ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito, criando um procedimento pré-judicial de liquidação para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, e procedendo a outras alterações relativas a aspetos relacionados com o processo de liquidação”.
28. Decreto – Lei n.º 242/2012 de 7 de Novembro. O presente diploma visa, “no seguimento da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 34/2012, de 23 de Agosto, regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, a prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica e a respetiva supervisão prudencial no âmbito da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, que altera as Diretivas n.os 2005/60/CE e 2006/48/CE e revoga a Diretiva n.º 2000/46/CE, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial.”

7.2 - Anexo 2.

Sub-tipologias de risco operacional

Este anexo apresenta os dados das perdas operacionais do BCP, que são utilizados para *backtesting* dos resultados dos RSA, possibilitando assim a aferição das classificações atribuídas a cada processo, relativamente às 20 sub-tipologias de risco operacional (Quadro A1).

Quadro A1: SUB-TIPOLOGIAS DE RISCO OPERACIONAL.

| | | | |
|---|---|--|--|
| R1 Fraude interna e roubo | R6 Perda de colaboradores-chave | R11 Monitorização e reporte | R16 Obrigações regulamentar, legais e fiscais |
| R2 Execução de transações não autorizadas | R7 Hardware e Software > 1,5 | R12 Relações com clientes | R17 Práticas comerciais ou de mercado incorretas |
| R3 Relações com colaboradores de sistemas | R8 Infraestruturas de comunicações | R13 Conceção de produtos/ serviços | R18 Outsourcing |
| R4 Violação dos regulamentos de higiene e segurança | R9 Segurança | R14 Fraude externa e roubo | R19 Outros problemas de relações com terceiros |
| R5 Discriminação sobre colaboradores | R10 Execução e manutenção de transações > 1,5 | R15 Desastres e danos nos ativos > 1,5 | R20 Riscos de projetos |

Fonte: BCP (2010:193).

7.3 - Anexo 3.

Distribuição dos eventos por tipologias de risco operacional

Neste anexo é evidenciada a divulgação do BES na distribuição dos eventos por tipologias de risco operacional e respetiva severidade e frequência (Quadro A2).

Quadro A2: DISTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS POR TIPOLOGIAS DE RISCO OPERACIONAL.

| Distribuição dos Eventos por Tipologias de Risco Operacional | | |
|--|------------|------------|
| | Severidade | Frequência |
| Dano em Ativo Físico | 1% | 2% |
| Fraude Externa | 14% | 11% |
| Fraude Interna | 16% | 0% |
| Interrupção do Negócio e Falhas de Sistemas | 1% | 18% |
| Gestão de Recursos Humanos e Segurança no Local de Trabalho | 1% | 0% |
| Execução, Distribuição e Gestão de Processos | 46% | 67% |
| Clientes, Produtos e Práticas de Negócio | 23% | 1% |

Fonte BES (2010:67).

7.4 - Anexo 4.

Avaliação do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a gestão do risco operacional

Neste anexo mostramos (Quadro A3) os passos da avaliação das atividades.

Quadro A3: AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL.

| Itens | Atividades |
|-------------------------|--|
| BASE TRADICIONAL | |
| 1 | Criação de área voltada para o controlo interno. |
| 2 | Independência da auditoria interna face à prospeção de riscos |
| 3 | Programas para mitigação dos riscos |
| 4 | Programas de incentivo de qualidade e cultura organizacional |
| CONSCIÊNCIA | |
| 5 | Estrutura de governança corporativa. |
| 6 | Existência de Diretor de risco operacional. |
| 7 | Definições de políticas de risco operacional |
| 8 | Início do inventário de perdas operacionais. |
| 9 | Adoção de ferramentas de identificação de riscos. |
| MONITORAMENTO | |
| 10 | Definição das estratégias e objetivos de gestão do risco operacional |
| 11 | Definição dos indicadores de riscos |
| 12 | Implantação de programas de treinamento |
| QUANTIFICAÇÃO | |
| 13 | Definição de objetivos quantitativos |
| 14 | Existência de Comitê de risco operacional atuante |
| 15 | Adoção de modelos de mensuração. |
| 16 | Banco de dados históricos abrangente |
| INTEGRAÇÃO | |
| 17 | Análise de risco interdepartamental |
| 18 | Alocação de capital para risco operacional |
| 19 | Correlação entre os indicadores e perdas. |
| 20 | Retorno ajustado ao risco |

Fonte: Adaptado de Trapp et al. (2005).

7.5 - Anexo 5.

Quadro das notações das agências de *rating*.

Neste anexo mostramos as notações (Quadro A4) das três agências de classificação de risco de maior visibilidade (Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch Ratings) e seus significados no quadro A4.

Quadro A4: NOTAÇÕES DE RATING DAS AGÊNCIAS.

| Ratings de longo prazo | | | | |
|------------------------|---------|---------------|-------------------|--|
| GRAUS | Moody's | Fitch ratings | Standard & Poor's | Significativo |
| Grau de investimento | Aaa | AAA | AAA | O mais alto grau de qualidade de crédito. |
| | Aa1 | AA+ | AA+ | Qualidade de crédito muito alta. |
| | Aa2 | AA | AA | |
| | Aa3 | AA- | AA- | |
| | A1 | A+ | A+ | Qualidade de crédito alta. |
| | A2 | A | A | |
| | A3 | A- | A- | |
| | Baa1 | BBB+ | BBB+ | Qualidade de crédito boa. |
| | Baa2 | BBB | BBB | |
| | Baa3 | BBB- | BBB- | |
| Grau especulativo | Ba1 | BB+ | BB+ | Grau especulativo |
| | Ba2 | BB | BB | |
| | Ba3 | BB- | BB- | |
| | B1 | B+ | B+ | Grau altamente especulativo |
| | B2 | B | B | |
| | B3 | B- | B- | |
| | Caa1 | CCC+ | CCC+ | Substantial de risco de crédito. |
| | Caa2 | CCC | CCC | |
| | Caa3 | CCC- | CCC- | |
| | Ca | CC | CC | Níveis de risco de crédito bastantes alto. |
| | C | C | C | Níveis de risco de crédito excecionalmente altos |
| | | D | D | Incumprimento em seus compromissos financeiros. |

Fonte: Adaptado de Standard & Poor's, Moody's e Fitch Rating (2012).

As agências de *rating* consideram que o “*rating* é uma opinião sobre a capacidade de um país ou uma empresa saldar seus compromissos financeiros. A avaliação é feita por empresas especializadas, as agências de classificação de risco, que emitem notas,

expressas na forma de letras e sinais aritméticos, que apontam para o maior ou menor risco de ocorrência de um “*default*”, isto é, de suspensão de pagamentos.”

As agências usam praticamente o mesmo sistema de letras e sinais. Assim, a melhor classificação que um país ou empresa pode obter é Aaa (Moody's) ou AAA (Standard & Poor's) que, conceitualmente significam “capacidade extremamente forte de atender compromissos financeiros e com a notação ‘C’, para a S&P ou a Moody's, tem altíssimo risco de não ser pago”.

7.6 – Anexo 6.

Gestão do risco operacional, aspetos relevantes.

Neste anexo são referidos os passos do processo de gestão do risco operacional, as técnicas de identificação do risco e os sistemas informáticos e de avaliação do risco operacional. Assim mostramos o quadro A5, que análise estes aspetos relevantes para a gestão do risco operacional.

Quadro A5: GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL, ASPETOS RELEVANTES.

| BANCOS | CGD | BCP | BES | BST | BPI |
|--|--|---|---|---|---|
| Passos do processo de gestão do risco operacional | Identificação Avaliação Monitorização Mitigação | Identificação Avaliação Controlo Mitigação | Identificação Monitorização Controlo Mitigação | Identificação Avaliação\ Medição Controlo Mitigação | Identificação Avaliação Controlo Monitorização\ Mitigação |
| Técnicas de identificação do risco. | Questionários de Autoavaliação | Autoavaliação <i>Workshops</i> Questionários | Autoavaliação | Questionários de Autoavaliação | Autoavaliação |
| Sistemas informáticos do risco | <i>End-to-end Process owners</i> | <i>End-to-end Process owners</i> | AGIRO | Base de dados | <i>Datamart</i> |
| Sistema de avaliação de risco operacional | Abordagem ou método <i>standard</i> (STA) | Abordagem ou método <i>standard</i> (STA) | Abordagem ou método <i>standard</i> (STA) | Abordagem ou método indicador básico (BIA) | Abordagem ou método <i>standard</i> (STA) |

Fonte: Adaptação de CGD (2010); BCP (2010); BES (2010); BST (2010); BPI (2010).